



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES-CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS-UACS

ADRIANA SALVIANO DE ANDRADE

**PROJETO DE IRRIGAÇÃO VÁRZEAS DE SOUSA-PB (PIVAS): TRANSFORMANDO
O MESMO OU MUDANDO O NOVO?**

CAJAZEIRAS-PB

2013

ADRIANA SALVIANO DE ANDRADE

PROJETO DE IRRIGAÇÃO VÁRZEAS DE SOUSA-PB (PIVAS): TRANSFORMANDO O
MESMO OU MUDANDO O NOVO?

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em
História do Centro de Formação de Professores (CFP)
da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG),
como requisito para a obtenção do título de
Licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Lucinete Fortunato

CAJAZEIRAS-PB
2013





A553p Andrade, Adriana Salviano de.
Projeto de Irrigação várzeas de Sousa-PB (PIVAS):
transformando o mesmo ou mudando o novo? / Adriana Salviano
de Andrade. - Cajazeiras, 2013.
70f. : il.

Não disponível em CD.
Monografia (Licenciatura em História) Universidade
Federal de Campina Grande, Centro de Formação de
Professores, 2013.
Contem Bibliografia e Anexos.

1. Irrigação. 2. Políticas Públicas. 3. Convivência com
o Semiárido. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Fortunato,
Maria Lucinete. II. Universidade Federal de Campina Grande.
III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 626.81/84

ADRIANA SALVIANO DE ANDRADE

PROJETO DE IRRIGAÇÃO VÁRZEAS DE SOUSA-PB (PIVAS): TRANSFORMANDO O
MESMO OU MUDANDO O NOVO?

Monografia apresentada em 18 de setembro de 2013, para obtenção do título de Licenciatura em
História.

Examinadores

Prof^ª. Dr^ª. Maria Lucinete Fortunato
(Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Mariana Moreira Neto
(Examinadora)

Prof^ª. Ms. Viviane Gomes de Ceballos
(Examinadora)

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos
(Suplente)

Prof. Ms. Isamar Gonçalves Lobo
(Suplente)

Ao meu avô Francisco Salviano, mais conhecido como “Seu Chico Salviano”, por toda sua história de vida e luta em meio às dificuldades enfrentadas na terra, por esse motivo, o vejo como aquele sertanejo, que Euclides da Cunha diz ser “antes de tudo um forte”. Tanto me ensinou a dar valor às coisas simples da vida, principalmente a família. Sobretudo, me ensinou sem me dizer com palavras a lutar sempre por aquilo que desejo. Respeito-lhe simplesmente, por ser esse homem do campo, simples, persistente e por ser esse eterno lutador o qual tento, mesmo a passos curtos, me espelhar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por colocar pessoas tão especiais em minha vida, que me encorajaram a não desistir de meu propósito neste trabalho. Agradeço a “Ele” por ter me dado força e coragem nos momentos tristes e desesperantes, e ainda pelas bênçãos que tenho recebido a cada dia.

À minha orientadora, a professora Maria Lucinete Fortunato, por toda paciência e dedicação que teve comigo nos momentos mais angustiantes para a conclusão deste trabalho, quando que pensei em desistir.

À professora Mariana Moreira pela colaboração nesse estudo. Agradecida!

À minha família por toda força e apoio.

À minha mãe Maria de Fátima Salviano de Andrade – pessoa fundamental que dedico toda minha caminhada, meus ensinamentos, meu caráter e minha Educação. E ainda, por sempre me salvar no trabalho nos momentos que mais precisei, e principalmente, pela ajuda financeira.

Ao meu pai, Genilson Alves de Andrade – pessoa a que tenho grande respeito, por ter me influenciado nos estudos e ter feito com que eu nunca desistisse da minha formação. E, por ele ser essa pessoa que tanto me inspira: esperança e ensinamentos, me ajudando a acreditar que um dia as coisas irão acontecer.

Aos meus irmãos – Advânia e Assizinho Salviano, por toda força e por acreditarem em mim.

Aos meus avós – Dona Rita e Seu Chico Salviano como são conhecidos, por serem simplesmente minha fonte de inspiração nesta caminhada, a qual me ensinaram valores que levarei por toda minha vida.

Aos meus professores do campos da UFCG em Cajazeiras, em especial Paccelli (em memória), Isamarc, Rubismar, Viviane Ceballos, Rodrigo Ceballos, Rosimere, Francinaldo, Silvana e os demais, por todo conhecimento que adquiri durante minha graduação, e pela minha formação enquanto professor e pesquisador de História.

A todos os meus amigos e colegas do curso de História, pelos bons e maus momentos que passamos juntos durante esses cinco anos. Por toda diversão, cachorrada, bagunça, e apoio. Com eles amadureci, cresci e descobri o verdadeiro significado da amizade e da vida. Vocês são demais, turma 2009.1.

Aos familiares agricultores do PIVAS, por ter dedicado um pouco de seu tempo para responder algumas perguntas deste trabalho.

Ao Reuni, por toda ajuda financeira, me custeando durante minha graduação, o qual foi de fundamental importância para meus estudos.

E, ironicamente, agradeço a todos aqueles que achavam que eu não iria conseguir. Esses me deram mais força ainda.

Obrigada!

“Sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso.”

João Guimarães Rosa

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMEPA – Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IFPB – Instituto Federal da Paraíba
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA – Instituto de Terras e Planejamento Agrícola
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
ONG – Organização Não-Governamental
PIVAS – Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa
PROJETEC – Projetos técnicos LTDA
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEDAP – Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca
SEMARH – Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPLAN - Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado
TCU – Tribunal de Contas da União

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Ilustração 01 - Mapa Geográfico da Região Semiárida do Nordeste brasileiro.....	22
Ilustração 02 - Primeira planta dos estudos preliminares PIVAS lançada em 1997.....	33
Ilustração 03 - Canal Coremas/Mãe d' Água. Fonte: Documento da SUPLAN – Sousa, S.d.....	36
Ilustração 04 - Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa, Rede de distribuição de água, 2005.....	38
Ilustração 05 - Imagens da mobilização realizada no dia 24 de maio de 2004 na BR-230, 2004.....	44
Ilustração 06 - Produção de legumes orgânicos que levam a marca do PIVAS. Fonte: sit. WWW.obeabadosertão.com.br. 2013.....	54
Ilustração 07 - Produção orgânica de hortaliças no PIVAS. Fonte: ANDRADE, A. S., 2013.....	57

RESUMO

Este estudo toma como referência o Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa-PB (PIVAS), idealizado em 1950 e oficializado no final do ano de 1990, com a finalidade de impulsionar e dinamizar a agricultura irrigada de fruticultura, na sua área de influência, para exportação. O objetivo é analisar como e até que ponto o PIVAS vem colaborando com o desenvolvimento social e econômico no sertão paraibano, no contexto da ideia da convivência com o Semiárido e, sobretudo, na perspectiva de que seria necessária a elaboração e execução de políticas públicas, que venham garantir a sustentabilidade local. Busca-se perceber se as transformações ocorridas após a sua criação viabilizaram ou não uma mudança efetiva no que diz respeito ao desenvolvimento ambiental, social e econômico da região e redimensionaram a ideia do Semiárido como um espaço economicamente inviável. Neste sentido, serão consideradas as ações sociais em comunidade, bem como as aprendizagens que a participação no PIVAS tem possibilitado construir. Também serão analisadas as relações de poder que permeiam a inserção de camponeses e empresários no processo de instituição do PIVAS.

Palavras chaves: Convivência com o Semiárido, políticas públicas, desenvolvimento sustentável, mobilização social.

ABSTRACT

Base on the irrigation project "Irrigação de Várzeas de Sousa – PB (PIVAS)", created in 1950 and made official by the end of 1990, carried out to boost and to give a new impetus intending to increase the fruticulture production in its area of influence and its consequent export, this work aims to analyze how and in which extent the "PIVAS" has been contributed to the social and economic development in the backwoods of Paraíba, considering the perspective of a possible coexistence with the semiarid region, and, especially, the requirement of development and implementation of public policies which ensure local sustainability. It also intends to realize whether the changes with the implementation of the project made possible or not an effective change with respect to environmental, social and economic development of the region, and whether it redefined the view on the semiarid as an uneconomical space. In this sense, social actions in community, the positive interference of the PIVAS in this process and, finally, the power relationship which influences the participation of farmers and peasants in the institution of the "PIVAS" have been considered in the research.

Key words:

Coexistence with the semiarid, public policies, sustainable development, social mobilization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 - CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: NOVAS VISIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO SERTÃO NORDESTINO.....	19
1.1 - Semiárido: estereótipos imagéticos e discursivos	19
1.2 - A idéia da convivência no Semiárido: novos olhares e dizeres.....	26
CAPÍTULO 2 - PROJETO PIVAS: IMAGENS E DISCURSOS DE PODER.....	32
2.1. As relações de poder que permeiam a instituição do PIVAS.....	32
2.2. Convivência e diversidade: possibilidades e contradições.....	39
CAPÍTULO 3 - A CONVIVÊNCIA NO PIVAS: TRANSFORMAÇÕES E IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS.....	49
3.1. A idéia de convivência no PIVAS: protagonismo dos sujeitos.....	49
3.2. Agricultura familiar e agronegócio: Vivência, valores e princípios.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	69
ANEXOS.....	72

INTRODUÇÃO

A imagem do Nordeste como questão de “atraso nacional” já vem sendo construída há muitos anos, devido a compreensão de que a excessiva estiagem é o elemento propulsor do impedimento ao desenvolvimento do Seminário nordestino.

O cenário da seca do Nordeste Brasileiro por ser caracterizado por um fator regional era considerado impossível de acabar até a década de 1970. Contudo, a partir de 1980 os discursos sobre o Semiárido do Nordeste começam a ganhar visibilidade. Assim,

O aumento progressivo das pressões populares no período de 1979 a 1983, resultando em verdadeiros motins urbanos, obrigou a uma redefinição nas estratégias na elaboração dos programas de “atendimento” aos flagelos e do próprio plano global de desenvolvimento regional. (NEVES, 1994, p.82).

É nesse contexto que surgem novos discursos, propondo a convivência do homem com o Semiárido, para promover o desenvolvimento sustentável e combater a pobreza no Sertão.

O objetivo, com essa discussão é mudar o quadro do Nordeste e sua imagem historicamente construída como um espaço problema, por meio da relação do homem com seu meio e da idéia de convivência com os fenômenos climáticos. Neste sentido, torna-se necessário a atuação e elaboração de práticas sociais dominantes que amenizem a questão regional da seca e permitam tal adequação.

Partindo dessa lógica, vem se observando um crescente interesse pela agricultura familiar, escolhida como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável desta área, que beneficia pequenos produtores rurais e possibilita a comercialização dos produtos, garantindo a renda mensal da família. O “Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa – PIVAS”, escolhido como locus para essa investigação histórica, surge nesse contexto, como forma de potencializar a convivência no Alto Sertão Paraibano.

O PIVAS foi implantado dentro de uma parceria entre o Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional, e o Governo do Estado da Paraíba. A área de abrangência do mesmo está situada entre os municípios de Sousa e Aparecida, no Alto Sertão Paraibano. Sua idealização data desde a década de 1950 e sua oficialização ocorreu na década de 1990, visando promover o desenvolvimento da região oeste do Estado, com a finalidade, inicialmente, de impulsionar e dinamizar a agricultura irrigada

de fruticultura na sua área de influência para exportação. Com a entrada das famílias no PIVAS, tem início um conflito entre camponeses e empresários, devido a posição dos primeiros frente ao modelo concentrador de terras imposto pelo agronegócio.

O enfoque sobre a atuação do PIVAS serve ainda para reforçar a nossa atenção na região do Nordeste, em especial no Semiárido, para analisar e discutir a questão de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento sustentável, a partir de formas e alternativas que amenizam o problema das secas na região. Partiremos do pressuposto de que para se viver bem aqui é preciso aprender a conviver com o Semiárido, analisando em sua totalidade as implicações e discussões desse debate na atualidade.

Nesse contexto, pretendemos, pois, problematizar, nesse trabalho como o Semiárido vem sendo analisado em seu aspecto social e regional? E como essa idéia da Convivência perpassa o PIVAS?

Esse estudo possui relevância acadêmica na medida em que possibilitará um aprofundamento das discussões historiográficas sobre essa temática. Nesse sentido, consideraremos a importância da revisão bibliográfica para averiguação e formulação dos questionamentos acerca da pesquisa.

Para a sociedade ela terá uma importância significativa, pois informará ao público que ainda desconhece o projeto em si, sobre a realização desse processo e suas transformações correspondentes à primeira fase de implantação do PIVAS. Ao problematizarmos o PIVAS também estamos verificando até que ponto esse projeto visa o desenvolvimento agrário-sustentável, precisamente na Região de Sousa na Paraíba, bem como as implicações daí advindas.

Metodologicamente, a pesquisa será desenvolvida através de fontes bibliográficas (como: monografias, livros, revistas, documentos), e através de entrevistas semi-estruturadas, com produtores que residem atualmente nas Várzeas de Sousa.

O método da história oral nos auxiliará, na medida em que possibilita o registro de recordações das memórias individuais, pois é através desta coleta de informações e de experiências que compreenderemos as representações dos sujeitos enquanto participantes ativos desse projeto.

A pesquisa oral é importante em um trabalho de graduação pois,

A História oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. (...) Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. (ALBERTI, 2006, p. 164-165)

A partir dessa compreensão, por meio da história oral, buscaremos dar voz a múltiplos e diferentes narradores (seja por meio de documentos escritos, reportagens ou entrevistas) e construir a História a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também suas representações, mas, também, a partir da nossa apropriação das mesmas, como forma de acirrar o debate sobre este tema.

Diante das considerações expostas acima, o Campo Histórico delimitado neste trabalho, será dividido em três critérios, os quais remeterão a “dimensão”, a “abordagem” e o “domínio”. Na dimensão eu vou trabalhar com a História Política, porque assim como a História Social, ela apresenta problematizações em seu contexto, que partem do uso dos termos “Político e Social”, uma vez que a História Política pode privilegiar desde o estudo do poder estatal até o estudo dos micros poderes que aparecem na vida cotidiana. (BARROS, 2007, p. 96). No caso do nosso objeto de pesquisa, em seu contexto problemático, apresenta a seca do Nordeste como um fenômeno ecológico que quando manifestado ocasiona a redução da produção agropecuária, provocando prejuízos e fome, caracterizando assim, uma crise social e se transformando em problema político. Além de outras considerações que vão ser discutidas no primeiro capítulo.

A abordagem será a História Local, no sentido de verificar a realidade histórica do meio em que estou inserida, para apreender as ações e experiências humanas em comunidade. A reflexão problematizará o contexto em que o PIVAS foi constituído e as relações estabelecidas naquele local. Assim sendo, optamos por fazer um recorte bem específico, dentro de um espaço e tempo observáveis, como o projeto PIVAS na cidade de Sousa-PB.

De acordo com o Campo Historiográfico, o domínio que se apresentará na nossa pesquisa será a História das Representações, para compreender como as representações do Nordeste são apropriadas pela proposta e pelas pessoas inseridas no PIVAS. Segundo Rafael Augustus Sêga, que faz um estudo sobre “o conceito de

representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici, a representação é sempre a atribuição da posição que as pessoas ocupam na sociedade, toda representação social é representação de alguma coisa ou de alguém. Ela não é cópia do real, nem cópia do ideal, nem parte subjetiva do objeto, nem parte objetiva do sujeito, ela é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas. (SÊGA, 2000, p. 129). Além disso, dialoguei com o pensamento de Roger Chartier (1991), no que diz respeito as “apropriações sociais”, de como as pessoas se apropriam dessas representações e constroem novas percepções em seu meio social e cultural. Neste sentido, pretendo problematizar o caráter construtivo das diversas imagens que são elaboradas sobre o Nordeste, ainda como uma “terra estorricada, seca, sem solução”.

Também consideramos a perspectiva analítica de Michel Foucault, pois dentro de suas abordagens, ele procura trabalhar com a noção de acontecimento discursivo, se afastando das noções tradicionais utilizadas pela História como: (continuidade, linearidade, causalidade, soberania do sujeito) e se aproximando dos conceitos da “Nova História” (descontinuidade, ruptura, limiar, limite, série, transformação), que estão na base da proposta “foucaultiana” para a análise do discurso. Foucault tenta exatamente romper com a infinita continuidade do discurso, e propõe a análise do conceito de descontinuidade, como sendo uma nova possibilidade de ruptura e transformação. Nesta perspectiva, pretendo analisar como os vários discursos imagéticos sobre o pensar e saber o Nordeste se cristalizaram nas representações que se tem dessa região.

E é neste sentido que vamos nos apropriar desses novos discursos que a “modernidade” elabora para possibilitar a compreensão de como o Nordeste era pensado da década de 70 e como ele sofreu uma modificação a partir da década de 80, quando começa a ganhar vozes e visibilidades diferenciadas. Diante do exposto, a monografia será dividida em três capítulos, da seguinte forma:

No primeiro capítulo pretendo analisar os diversos discursos que nos impulsionam a refletir sobre as diversas imagens do Sertão, como uma região seca, sem solução, para entender como se dá essa lógica da convivência como forma de superar essas representações. Seguindo esse entendimento, este capítulo analisa os vários discursos que embasam o conceito de convivência, trabalhando com fontes bibliográficas, a exemplo de Malvezzi (2007); Moreira Neto (2010) e uma cartilha da ASA (s/d).

No segundo capítulo da monografia apresenta-se uma breve caracterização do Projeto PIVAS e suas implicações políticas. Procura-se discutir as relações de poder, que se exercitaram para elaboração e definições de práticas acerca do uso dos recursos naturais. Nessa perspectiva, pretende-se problematizar como essas práticas se desenvolvem e como podem influenciar em projetos de desenvolvimento desta natureza. Este capítulo ainda busca questionar o papel dos Governantes em meio a situação estrutural de pobreza na região Semiárida, no atendimento das emergências e suas intervenções e debater acerca das atuais políticas públicas de convivências. Como fonte importante neste capítulo, trabalharemos com Farias (2010), que faz um estudo aprofundado sobre o Projeto em análise.

No terceiro capítulo, procura-se verificar a importância da agricultura familiar como modelo agrícola para consolidar a idéia da convivência no PIVAS, investigando como e até que ponto essa prática se dá e considerando o aproveitamento dos recursos disponíveis na localidade de Sousa-PB. Identificaremos as transformações políticas, econômicas e sociais possibilitadas, bem como, refletiremos sobre o trabalho dos agricultores familiares, que cotidianamente constroem suas vivências participativas no processo organizativo, problematizando os valores e princípios do protagonismo desses sujeitos. Para isso, utilizaremos como fonte exploratória, entre outras, reportagens que ajudam a compreender as transformações ocorridas no PIVAS e, também, fontes orais.

1. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: NOVAS VISIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO SERTÃO NORDESTINO

1.1. Semiárido: estereótipos imagéticos e discursivos

O Semiárido brasileiro desde muito tempo foi caracterizado por meio de inúmeras imagens. Muitas são consideradas concepções distorcidas. Outras, refletem um cenário de manchetes veiculando a ideia de região do país onde se vivencia a mais extrema pobreza. Essa visibilidade leva-nos a difundir imagens identitárias e expressões de sentido sobre o Semiárido, tais como: “atrasado”, “tardio”, “subdesenvolvido”, entre outras. (NEVES; 1994; p. 15). Assim,

Imagens da terra rachada, animais mortos e pessoas miseráveis foram, ao longo do tempo, compondo o imaginário popular associado à região. O Semiárido é visto como um local inóspito, onde a vida é difícil. As longas caminhadas, sobretudo de mulheres e crianças, em busca de água, difundidas pela mídia, reforçam ainda mais essa imagem. (ASA, s. d, p. 8)

Essa série de imagens elaboradas ao longo do tempo trouxe como principal temática a “seca”, como sendo um fator limitante do progresso dessa região.

A seca na região Semiárida só passou a ser considerada como problema relevante no século XVIII, depois que se efetivou a penetração da população branca nos sertões, com o aumento da densidade demográfica e com a expansão da pecuária. As secas passaram a entrar de forma permanente nos relatos históricos enfatizando a calamidade da fome e acusando os prejuízos dos colonizadores e das fazendas de gado. Julgamentos superficiais sobre o fenômeno e interesses políticos locais conduziram a construção de explicações reducionistas dos problemas regionais como produtos de condições naturais adversas, do clima da terra e de sua gente. Diante dessa compreensão, a seca tornou-se vilã do drama nordestino, a principal imagem de “uma terra estorricada, amaldiçoada, esquecida de Deus.” (SILVA, s. d, p. 467).

Essa declaração de Josué de Castro, quanto ao problema do Nordeste, demonstra como essas imagens nos obrigam a refletir a respeito destes discursos sobre a região, que cada vez mais se configuram como uma questão política, colaborando para a manutenção do padrão de integração do sistema político e social do país, já que é

considerado necessário e fundamental a competência e apoio dessas relações de forças, para tornar concreto o desenvolvimento do Nordeste. Contudo, é visível que a seca foi transformada numa “indústria”, que por muito tempo foi sustentada por uma elite dirigente, a qual se utilizava e ainda se utiliza de justificativas para permanecer por mais tempo no poder e conseguir mais recursos para o Nordeste. Como afirma Moreira Neto (2010, p. 15),

A associação da imagem do sertão com a seca e a miséria também é elaborada, a partir da instituição das políticas governamentais de “combate à seca” e, no seu curso, com a ação fundante da indústria da seca e sua apropriação pelos sujeitos sociais e históricos que habitam o espaço sertanejo.

Deste modo, não é raro em tempos de eleição e de estiagem no Nordeste do país, nos depararmos com discursos imagéticos de políticos em torno da problemática regional, que normalmente são discursos elaborados intencionalmente, no sentido de causar impacto e sensibilizar o público no geral para a defesa dos seus interesses ou de algum grupo por eles defendido. O próprio discurso da transposição do rio São Francisco é um exemplo disso, pois o que percebemos nesse jogo político é a tentativa de instituição da continuidade da indústria da seca, e a manutenção de grupos políticos no poder. Assim, já dizia Malvezzi: “a transposição não foi concebida para saciar a sede de pessoas e animais, mas para alimentar a indústria da irrigação voltada para a exportação.” (MALVEZZI, 2007, p. 40). O Nordeste “tradicional” com isso vai se transformando em um produto da modernização e reduto de práticas elitistas ou ainda coronelistas para continuar a atuar e a dominar nessa região.

O fato é que a seca se tornou um elemento promissor para as práticas políticas no Nordeste, sendo esse discurso difundido e refletido em diversas imagens sobre a região. Muitas dessas imagens ainda eram captadas e retratadas em pinturas, a exemplo de Portinari (Retirantes), nas literaturas de Euclides da Cunha (*Os Sertões*), Graciliano Ramos (*Vidas Secas*), José Américo de Almeida (*A Bagaceira*), Rachel de Queiroz (*O Quinze*), além de poesias como a de João Cabral Mello Neto, dentre outros. Imagens da seca e seus efeitos, da fome, dos retirantes nas estradas, de animais mortos e crianças magricelas compuseram por muito tempo o imaginário popular sobre o Nordeste e estiveram presentes em diversas letras de músicas cantadas por Luiz Gonzaga, mais conhecido por “Rei do Baião”. Em uma de suas várias músicas, Luiz Gonzaga diz assim:

... Abro o curral da miséria
Deixo a fome passar
O que eu sinto, meu senhor
Não me queixo de ninguém
O que falta aqui é chuva
Mas eu sei que, um dia vem...
(LUIZ GONZAGA, Terra, vida e esperança. 1984)

Luiz Gonzaga sem sombra de dúvidas foi considerado um ícone da música popular brasileira e responsável pelo enraizamento da cultura nordestina. Nesta música ele traduz uma caracterização da imagem que o Nordeste passou a apresentar a partir de um sentimento de abandono e miséria. É outro discurso homogeneizador de um lugar castigado pela seca, que mais uma vez vem aparecer como um dos impedimentos do desenvolvimento dessa região. É evidente que essa construção é considerada um fato real, contudo, é preciso re-elaborar uma história do Nordeste que não seja vista apenas como “descaso social” ou “situação problema” do país. Ainda seria preciso questionar o papel do Estado como salvador da economia dessa região.

Ao tentarmos nessa discussão compreender como a seca se transformou em um problema social e político do Nordeste, tenderemos primeiramente a conhecer resumidamente a Região Semiárida. É importante destacar que a definição de “Semiárido” como uma região é encontrada só a partir do final da década de 1980 e início de 1990 do século XX.

Hoje, o Semiárido brasileiro abrange uma área de 975 mil quilômetros quadrados e compreende 1.133 municípios de 9 Estados do Brasil: considerando os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e mais a região setentrional do Estado de Minas Gerais, a qual vivem 22 milhões de pessoas. Sua vegetação predominante é a caatinga, rica em espécies vegetais que não existem em nenhum outro lugar do planeta. Curiosamente é uma região de déficit hídrico, isso significa que a quantidade de água de chuva que cai é menor do que a água que evapora. Além disso, a região semiárida é caracterizada por chuvas irregulares e longos períodos de estiagem. (ASA, s.d, p.4). O mapa abaixo nos dá real menção do espaço e localização regional de áreas com vegetação e clima que caracterizam a região Semiárida do país:

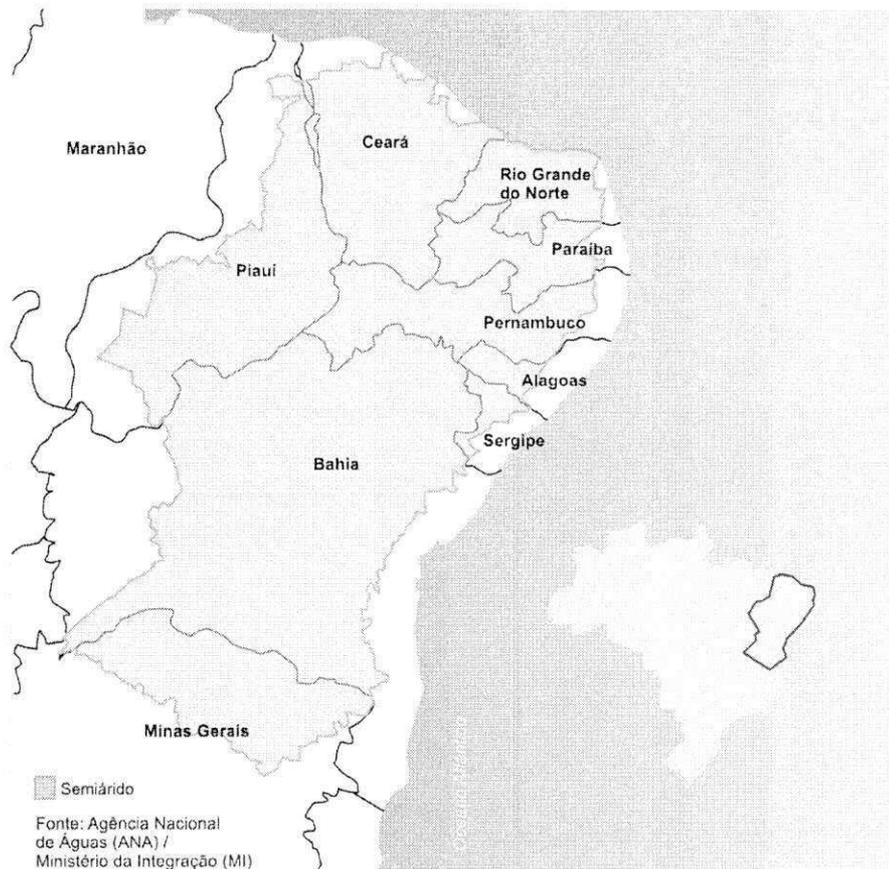


Ilustração 01: Mapa Geográfico da Região Semiárida do Nordeste Brasileiro.

De acordo com a ASA-Articulação no Semiárido Brasileiro, a concentração de terra está indissociavelmente ligada à concentração da água, representando os fatores determinantes da crise socioambiental e econômica vivida na região. Ao longo dos anos, grandes obras, como açudes e poços, se espalharam pelo Semiárido, reforçando ainda mais o modelo concentrador e sem garantir água para a população difusa da região. Em contrapartida surgem grupos sociais dispostos a lutar pela democratização desse bem fundamental, que seria à sua própria vida. (ASA, s.d, p. 7)

Falar então da problemática da seca do Nordeste é complicado, porque os discursos e enunciados que se fizeram sobre essa região se tornaram algo tão forte, que de tanto repetir tornou-se institucionalizado. O Semiárido em seu aspecto natural e histórico é problemático, isso podemos perceber desde séculos passados. Por ocasião da “grande seca” de 1877-1879, D. Pedro II criou uma comissão provisória para fazer o reconhecimento da região e levantar dados da real situação. Inclusive foi o primeiro acontecimento que teve grande repercussão nacional pela imprensa e a atingir setores

médios de proprietários de terra. Foi também nessa mesma época que se começou a grande campanha para salvar as “vítimas do flagelo” e conseguir levantar recursos para essa região. No entanto, o discurso sobre as várias imagens acerca do Nordeste, não pode se transformar em um discurso legitimador, como se aquilo que fosse escrito e falado não pudesse ser mudado ou ser desconstruído e reelaborado. Como afirma Albuquerque Jr. (2001, p. 21),

Tentar superar este discurso, estes estereótipos imagéticos e discursivos acerca do Nordeste passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e estes enunciados clichês, que inventaram este Nordeste e estes nordestinos. Pois, tanto o discriminado como o discriminador são produto de efeitos de verdade, emersos de uma luta e mostram os rastros dela.

Nessa compreensão, as imagens do Nordeste que se instituíram e produziram um efeito de verdade sobre esta região, associadas ora ao espaço, ora a sua cultura/gente, foram intrinsecamente ao longo de décadas compondo o imaginário popular, que passaram a ser interpretadas ou compreendidas como um discurso determinante que acabava por classificar a região, sobretudo, como um lugar atrasado.

Portanto, devemos considerar que as interpretações e representações que são dadas a um determinado espaço social, são produto de uma determinada época e como tal estão sujeitas a construções imagéticas, impostas por quem tem o poder de impor e nomear. Neste sentido, buscaremos pensar e refletir a consequência dessas representações construídas ao longo do tempo, pois não podemos conceituar a imagem do nordestino como sendo a imagem de um todo. O que queremos dizer com isso é que nem todos os nordestinos vão se identificar com aquela imagem atribuída a ele. Isso se torna um problema quando esta representação passa de uma opinião individual para o coletivo. Aquele que nomeia ou classifica deve estar atento a uma questão bem simples: o que seria representação? Será que a representação condiz verdadeiramente com a nossa realidade? Dessa forma, Rafael Augustus Sêga (2000, p. 128), explica que:

As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem.

Para Sêga, a representação social é um conhecimento prático, que dá sentido aos eventos que nos são normais, forja as evidências da nossa realidade consensual e ajuda a construção social da nossa realidade. Assim, a representação social, em outras palavras, não seria o real, mas um reflexo dele. Compõe então, um possível referencial da realidade, porque toda representação, seja ela de algo ou de alguém, coloca-se como um discurso de determinada época, que vai imprimir significados, experiências, valores, e uma simbologia do imaginário popular. Tanto vão imprimir imagens bem elaboradas, como também concepções distorcidas, que seria o caso do Nordeste. Neste sentido, Chartier nos adverte que as relações sociais entre práticas e representação são postas, como o modo de ver as pessoas, analisando todo o comportamento da sociedade em uma determinada época, tratando-as de acordo com o que elas representam naquele dado momento. O essencial é, portanto, compreender como as representações são entendidas e como as pessoas se apropriam delas e constroem novas percepções culturais.

É a partir dessa apropriação que no decorrer dos anos vão surgindo novos deslocamentos e abordagens na historiografia brasileira, a qual vai possibilitar a desconstrução e quebra desses velhos discursos no âmbito historiográfico. Novos dizeres sobre o sertão começam a ganhar visibilidade a partir dos anos de 1980 e a configurar como ilegítimo tudo o que traz a marca da seca e tudo que a ela se associa. A idéia da “convivência com o Semiárido” vai surgindo e caracterizando um novo modo de pensar e saber o Nordeste. Neste sentido,

o valor do discurso depende da relação de forças que se estabelece concretamente entre as competências lingüísticas dos locutores, entendidas ao mesmo tempo como capacidade de produção, de apropriação e apreciação ou, em outros termos, como capacidade de que dispõem os diferentes agentes envolvidos na troca para impor os critérios de apreciação mais favoráveis aos seus produtos. (BOURDIEU *apud* Moreira Neto, 2010, p. 14)

O discurso que antes se colocava como um entrave da modernização e desenvolvimento do Nordeste vai mudando seu deslocamento com essas novas percepções da região, se colocando neste ponto como um aliado a favor de uma nova imagem do sertão que acaba por definir a convivência como um modo viável, capaz de promover a iniciativa da sustentabilidade do Nordeste brasileiro. Assim,

O semiárido passa a ser concebido enquanto um espaço no qual é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os

seres humanos e a natureza, com base na sustentabilidade ambiental e combinando a qualidade de vida das famílias sertanejas com o incentivo às atividades econômicas apropriadas. (SILVA *apud* Watanabe, 2010, p. 14)

O Semiárido neste sentido é um espaço que deve ser pensado e racionalizado. Enquanto espaço, ele é “*prático*”, assim já dizia Certeau (1994). Os seus habitantes devem apenas buscar soluções práticas dentro de suas possibilidades locais e culturais, para enfrentarem as dificuldades de seu cotidiano, mas isso será discutido mais adiante.

Considerando ainda a discussão acima, acreditamos que seja de fundamental importância percorrer um longo caminho, para tentarmos chegar às explicações plausíveis da pesquisa em questão. Sendo assim, ao procurar dar importância à “análise de discurso”, não poderíamos deixar de mencionar a grande contribuição de Michel Foucault. Nas suas abordagens, ele procurou trabalhar com a noção de “acontecimento discursivo”, se afastando das noções tradicionais utilizadas pela Historiografia no século XIX, (como continuidade, linearidade, causalidade e soberania do sujeito) e se aproximando dos conceitos da “Nova História” (descontinuidade, ruptura, limiar, limite, série e transformação), que estão na base da proposta “foucaultiana” para a análise do discurso. Nesta perspectiva, afirma Foucault:

É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher o discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade e dispersão temporal... Não remetê-lo à longínqua presença da origem, tratá-lo no jogo de sua instância. (FOUCAULT *apud* Gregolin, 2006, p. 87-88)

Foucault tenta exatamente romper com a idéia de continuidade/linearidade do discurso, propondo com isso a análise da “noção de descontinuidade”, como sendo uma nova possibilidade de ruptura e transformação de velhos discursos, que possibilitaram assim, o estabelecimento e a cristalização de certos objetos em nossa cultura. O que queremos refletir com essa nova forma de pensar que Foucault nos possibilita, seria o pensar e saber o Nordeste através dos vários discursos de poder que o institui e pensar ainda como esses enunciados se cristalizaram nas representações sobre o Nordeste e foram instituídos culturalmente se exercendo como poder.

1.2. Convivência com o Semiárido: novos olhares e dizeres

Ao entendimento da seca como um fenômeno climático que impossibilita ou entrava o processo de modernização do Nordeste no final do século XX, outras ideias começam a serem elaboradas. Políticas governamentais procuraram uma forma de solucionar esse problema, para tentar na medida do possível diminuir os impactos naturais da seca. E visto que é impossível “acabar” com a seca, por ser um fator cíclico, o desafio que se impõe é o da “convivência” com o fenômeno climático.

Foi a partir da década de 1980, que se passou a buscar alternativas para o desenvolvimento do Semiárido brasileiro. Organizações da sociedade e algumas instituições públicas se mobilizaram para formular propostas e realizar projetos com base na ideia de que é possível e necessário conviver com o Semiárido. (SILVA, 2006, p. 467).

De acordo com uma informação da ASA, que vem desenvolvendo uma série de ações emergenciais e de assistência social a partir da constatação de que as ações de combate à seca foram ineficazes, organizações da sociedade civil com atuação no campo, junto com agricultores e agricultoras, passaram a trabalhar sob uma nova lógica, a que chamamos “Convivência com o Semiárido”. (ASA, s. d, p.11)

De acordo com Malvezzi (2007, p. 12),

O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes.

Essa análise em torno da ideia da convivência aos poucos vai se configurando como uma mudança de rota, de novos olhares e dizeres sobre o sertão, atribuindo-lhe uma nova compreensão, que vai ganhando mais visibilidades e desconstruindo o mito da região seca, pobre e improdutiva.

Desse modo:

A entrada desse conceito seguiu um processo de mobilização regional. A sociedade civil organizada demonstrou o seu elevado nível de descontentamento e sua indignação com a ação governamental que não respondia aos problemas que a população estava submetida, limitada à realização de obras contra a seca, e que em certa medida contribuía com o agravamento da situação, dada a omissão quando às

questões estruturantes do desenvolvimento. (WATANABE, 2010, p. 14)

Segundo Watanabe, com o progressivo aumento das pressões populares, realizou-se em 1993 uma grande mobilização na região Nordeste, culminando com a realização de um ato na SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), como forma de pressão por ações imediatas para a situação de flagelo provocada pela grande seca que assolava a região e por políticas de desenvolvimento do Nordeste brasileiro. Dessa forma, como desafio, a SUDENE teria de superar o atraso econômico de longas datas, resolver ainda os problemas estruturais, as desigualdades sociais, regionais e de renda e principalmente inserir a região na economia mundial.

Com base nessas discussões, foi percebido que a convivência junto com suas propostas veio encadear e fortalecer movimentos sociais a se mobilizarem em prol de um bem maior, a sua própria vida. Cansados de serem enganados e de serem por muito tempo castigados pelos efeitos das secas, pequenos grupos de agricultores começaram a definir propostas e mecanismos capazes de lhes ajudarem na sua luta cotidiana. Um novo modelo de políticas públicas baseada em ideias sociais começa a surgir contribuindo, para o fortalecimento do processo participativo e de gestão da sociedade. Desse modo,

(...) as práticas que anteriormente eram, predominantemente, reivindicativas, de ação direta, passam a ser sistematizadas e traduzidas em propostas políticas elaboradas pela própria iniciativa popular, abrindo um amplo debate em torno dos direitos de cidadania. (FORTUNATO, 2010, p. 5)

A constatação dessa conquista foi um acontecimento histórico, pois o que antes era reduto de práticas políticas passaria agora com essa nova mudança de rota, sob o controle social, a se configurar como práticas institucionais deliberativas e com maior representatividade popular.

A prática da convivência ainda envolve uma preocupação com o meio ambiente, com a forma de trabalhar na região, seria então um novo jeito de lidar com a terra e de armazenar a água da chuva para os próximos dias sem chuva. E, como já foi mencionado antes, o espaço ao qual se pretende trabalhar deve ser compreendido como uma totalidade pelos agentes que nele vivem. Quer dizer, ele precisa ser racionalizado, para que a natureza seja respeitada dentro de seus limites.

Diante do exposto, analisou-se a relação do homem com o meio ambiente, a partir da consideração de que:

Dotado de um potencial de sensibilidade e consciência, o homem conseguiu desenvolver a capacidade de produzir suas ferramentas, utensílios e todo um instrumental de defesa, ataque e proteção, necessários à sobrevivência, iniciando-se, deste modo, o processo de produção e alteração da natureza. (ATLAS ESCOLAR DA PARAÍBA, 2002, p. 17)

Neste sentido, quando o homem se propõe a trabalhar e a modificar a natureza, ele estabelece relações com seus meios, transformando seu espaço, tornando-o possível ao alcance do desenvolvimento sustentável para sua sobrevivência.

A partir daí podemos verificar algumas medidas que foram implantadas com significativa importância na região Semiárida. Novas formas tecnológicas simples e de baixo custo foram cada vez mais sendo introduzidas para garantir o bem maior de consumo à população que seria a água.

Se a população do Semiárido brasileiro tinha uma grande deficiência quanto ao acesso à água, pois devido ao clima regional a água de chuva que caía nesse solo era menor do que a água que evaporava, seria importante guardar a água de chuva adequadamente para os períodos de estiagem. Essa concepção contribuiu para a democratização desse bem fundamental à vida, através de iniciativas como a criação de cisternas rurais, que além de levar água às famílias isoladas, também favorecem a quebra do monopólio da água pela chamada elite rural, latifundiária. As cisternas ainda diminuem as longas caminhadas de mulheres e crianças em busca de água, difundindo com isso, novas imagens do Nordeste pela mídia. E que imagens seriam essas? Seriam exatamente imagens de um sertão mais feliz, com potencialidades e, sobretudo, com vida. As cisternas, portanto, trazem um novo rumo para a política nacional, contribuindo não só para o consumo humano, como já foi dito, mas também para o consumo animal e para o melhoramento da agricultura familiar. É importante salientar que, “a cisterna, sozinha não dá essa independência às pessoas, mas sinaliza o rumo da caminhada.” (MALVEZZI, 2007, p. 16)

Além da alternativa de armazenamento de água, para viver melhor no Semiárido, passou-se a privilegiar a preocupação com a agricultura familiar. A partir de então, começaram a surgir as “mandalas”, além de outras alternativas para ajudar no plantio,

na melhoria das condições alimentares e na renda familiar do pequeno agricultor. A questão seria essa, trabalhar anualmente de forma inteligente e harmônica, pensando sempre em guardar a água da chuva para produzir e colher os frutos desse trabalho. Mas, com chuvas irregulares, a região exige um tipo de agricultura adaptada ao clima local. Por isso,

(...) é preciso guardar a água de chuva para a produção e colher culturas que demandam menos água. Mandioca, algodão e mamona, por exemplo, são bem mais adaptadas à região que o milho. (MALVEZZI, 2007, p. 17)

A convivência com o Semiárido permitiu não só esses avanços tecnológicos na vida dos seres humanos, como também que essas pessoas pudessem usufruir da ideia de convivência. As pessoas se viram na necessidade de se organizar melhor por meio de associações e cooperativas no intuito de conquistar seu espaço social. Portanto, a agricultura familiar foi uma solução em meio às necessidades encontradas, nela eles perceberam que poderiam crescer economicamente expandindo seus alimentos produzidos num pequeno pedaço de terra. Ou seja, a agricultura familiar passa a ser compreendida como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável desta área tão castigada pelos efeitos da seca. Neste sentido,

A convivência com o Semiárido brasileiro [passa a ser vista como] fruto, ao mesmo tempo, de transformações culturais, de iniciativas inovadoras e da derrota e substituição das elites que impedem que essa região seja um espaço adequado para a vida humana. (ÁGUA DE CHUVA *apud* Fortunato, 2010, p. 7)

A partir da idéia da convivência, permitiu-se, sobretudo, a inserção do pequeno agricultor no mercado de trabalho, configurando um novo processo social, o qual se torna importante porque não o exclui das atividades econômicas de sua região, contribuindo para a fixação do homem no campo e evitando as grandes migrações de muitas famílias para outras cidades do sul do país. O Nordeste brasileiro, por apresentar uma realidade adversa, assolada pela ocorrência das secas, obrigava, muitas vezes, famílias vivendo na extrema miséria a se deslocarem para outras regiões em busca de mais oportunidade de emprego e de uma vida melhor.

Analisando e comparando esses aspectos na vida dos nordestinos, hoje, vemos que a expressão “retirantes” da seca, que antes era sinônimo para designar os filhos e filhas do Sertão, agora muda seu curso, mostrando uma terra de mais oportunidades,

que há tempos atrás não oferecia tantas condições de melhoria de vida. É percebido também que muitos desses nordestinos que foram buscar novas oportunidades lá fora, reconhecem hoje a potencialidade que tem essa região. Em decorrência desse fato, muitos deles sentem a necessidade de voltar para o Sertão e reconstruir sua vida no lugar onde nasceram. Outro fator seria o desapontamento que a cidade grande tem mostrado aos nordestinos sem formação profissional. Em contrapartida, aparecem programas de solidariedade humana, televisionados pelos veículos de comunicação, para ajudar muitas dessas famílias a voltarem para seu lugar de origem. Um exemplo disso seria um quadro do Programa do Gugu, da Rede Record de Televisão, intitulado "*De volta pro meu aconchego*", exibido especialmente aos domingos, caracterizando com isso, um desejo de pertencimento daquele espaço social, que em meio às mudanças positivas ocorridas nos últimos anos, vem se mostrando mais atrativa aos olhos dos migrantes pertencentes à região.

Além disso, temos observado nos últimos anos que os novos discursos elaborados sobre o Semiárido, a partir da ideia de convivência e de desenvolvimento sustentável, têm sido tão fortes e positivos, que vários grupos de empresários interessados no crescimento econômico da região, estão apostando seus investimentos no Nordeste, introduzindo aqui suas empresas e abrindo portas para o mercado de trabalho. O resultado que podemos apreender dessas mudanças seria mais oportunidades de emprego para os cidadãos e cidadãs da região, desmistificando a imagem de uma terra sem oportunidades. A ideia é de que

É necessário desmitificar a seca como elemento desestabilizador da economia e da vida social nordestina e como fonte de elevadas despesas para a União... desmitificar a idéia de que a seca, sendo um fenômeno natural, é responsável pela fome e pela miséria que dominam na região, como se esses elementos estivessem presentes só aí. (ANDRADE, 1985, p.7)

Neste sentido, institui-se a compreensão de que o Semiárido brasileiro não se constitui apenas por seca. Ele é cultura, é história... É principalmente povo. E segundo Malvezzi (2007, p. 9), "não se pode compreendê-lo de um ângulo só", pois a seca é um fato e vai continuar existindo, entretanto, é possível se conviver com o problema.

O Nordeste tem possibilidades e é viável como pudemos constatar em torno dessas discussões. Contudo, é preciso apenas dar condições para que seus habitantes revelem seu potencial e assim criem alternativas de vida em sua própria região.

O PIVAS (Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa) soma-se a esse conjunto de alternativas para se viver melhor no Semiárido, na medida em que desenvolve muitas ações referenciais para manter a convivência local/regional na cidade de Sousa-PB, como a reforma hídrica, produção alimentar, comercialização e gestão social. É um projeto que tem possibilidade de incentivar a produção de alimentos pela agricultura familiar e o protagonismo dos agricultores familiares e assentados, contribuindo na formação e controle social das políticas públicas. Diante de tais observações, analisamos essas novas iniciativas de desenvolvimento sustentável no Sertão Nordestino e elegemos o PIVAS como locus de investigação no intuito de compreender até que ponto a idéia da convivência perpassa esse projeto.

CAPÍTULO 2. PROJETO PIVAS: IMAGENS E DISCURSOS DE PODER

2.1. As relações de poder que permeiam a instituição do PIVAS

Durante muito tempo, como podemos observar, a seca se tornou um grave problema a ser enfrentado pelos governantes da região, que por este motivo começaram a articular meios para solucioná-la. Nessa perspectiva, cabia ao Governo Federal a missão de viabilizar o desenvolvimento da região Nordeste por meio da sua modernização a fim de superar os obstáculos impostos pela sua natureza.

Nesse contexto de modernização do Nordeste, após longos anos de desigualdades e lutas no campo, é que apresentamos nossa proposta de analisar uma iniciativa de transformação econômica e social a partir da ideia de convivência: o Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa-PB (PIVAS), situado entre os municípios de Sousa e Aparecida no Alto Sertão Paraibano e banhado pelas sub-bacias do Rio do Peixe e Piranhas, com acesso pela BR-230, distante a 420 km da capital João Pessoa-PB. Esse projeto foi idealizado na década de 1950, ou ainda bem antes disso, quando o Governo Federal com parceria do Governo do Estado da Paraíba começaram a levantar esforços na tentativa de construir estratégias políticas para alavancar a economia nacional e o desenvolvimento das regiões consideradas atrasadas no país. No entanto, só foi oficializado no final da década de 1990, com a finalidade de impulsionar e dinamizar a agricultura irrigada de fruticultura na sua área de influência para exportação.

O entendimento era de que o Nordeste precisava passar por uma reestruturação na sua base produtiva, bem como seus meios tecnológicos para superar os antigos problemas estruturais trazidos pelas secas anuais. E foi pensando nessas tentativas de superação por meio do Governo Federal que surgiu o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), em 1934, na tentativa de combater os efeitos da seca; e a SUDENE, em 1959, com a missão de realizar as ações de assistência aos flagelos da seca. Segundo Farias (2010, p.27), a questão no momento seria “transformar os espaços que estão fora das rotas de mercado em espaços atrativos para o capital externo.”

No decorrer do processo de iniciação e conclusão do PIVAS, o projeto veio a se apresentar como um espaço de possibilidades e também de contradições. Contradições, na medida em que passou por algumas mudanças no decorrer do seu processo de conclusão. Neste sentido, a proposta pensada inicialmente seria promover o

desenvolvimento da região por meio de um sistema de agricultura irrigada de fruticultura, que posteriormente viesse a satisfazer os interesses e as exigências empresariais e de mercado para exportação. Desse modo, o projeto inicial seria mais voltado para beneficiar os interesses da classe empresarial, bem como do próprio Estado que tiraria proveito disso, através do agronegócio. Porém, foi percebido que tais interesses batiam de frente com os interesses das maiorias, ou seja, das classes camponesas, de pequenos agricultores, que são deixados fora desse processo. Então, esses novos sujeitos que foram excluídos desse processo começaram a agir, o que resultou numa mudança do que foi pensado antes.

Vejamos o mapa abaixo da primeira planta do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa realizado com os recursos disponíveis na área para o aproveitamento hidro-agrícola de fruticultura irrigada:

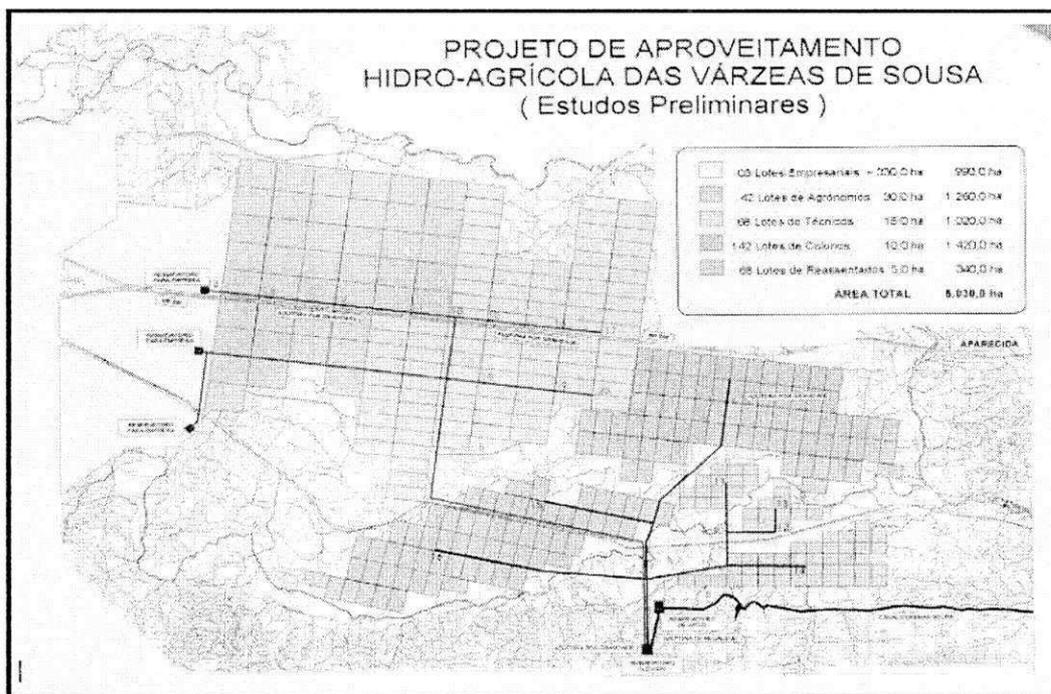


Ilustração 02: Primeira planta dos estudos preliminares Pivas lançada em 1997. Fonte: Semarh, 1997.

De acordo com Farias (2010), este mapa apresenta uma primeira divisão dos lotes nas Várzeas, as quais estão sendo divididos em 284 lotes de exploração empresarial subdividido em categorias para pequenos produtores, técnicos e empresários. A área correspondente ao projeto PIVAS possui características peculiares de terras da melhor qualidade, próprias para a agricultura, o que as torna uma das áreas

mais promissoras para exploração da agricultura irrigada na Paraíba. Desse modo, foi percebido que,

As várzeas de Sousa, como são conhecidas, são terras formadas por solos profundos de topografia plana, sujeitas à elevada insolação, baixa umidade atmosférica e ausência de fortes ventos. Foi pensando em aproveitar esse imenso potencial que o Governo da Paraíba, com apoio do Governo Federal, resolveu construir obras de infra-estrutura hídrica destinadas a levar água do açude Coremas/Mãe D'água, através de canais, túneis e sifões, numa extensão de 57 km, até as várzeas de Sousa. Essa vazão transposta de 4.000 litros por segundo é suficiente para irrigar até 5.000 ha. (FRANÇA, 1999, p. 10-12).

É através desse discurso de desenvolvimento que o interesse pela agricultura irrigada vai ganhando cada vez mais a atenção de políticas públicas na região. Dessa forma, o Projeto de Irrigação das Várzeas vai se adequando a essa nova proposta de desenvolvimento regional por meio da agricultura irrigada, pensando futuramente na expansão das atividades agrícolas e agroindustriais para exportação, através de uma visão empresarial. Contudo, devemos salientar que a região de Sousa já contava com um projeto de irrigação pública - o Perímetro Irrigado de São Gonçalo, o qual tem seu gerenciamento feito pelo DNOCS e EMATER. Porém, essa irrigação de São Gonçalo em termos de crescimento da produção, se mostrou ineficaz economicamente devido ao manejo inadequado do seu solo. Neste sentido, podemos dizer que a experiência de irrigação em São Gonçalo levou ao aprofundamento dos estudos em torno desse modelo hidroagrícola nas várzeas de Sousa, que passa a se diferenciar na medida em que contempla a presença e o interesse de capital público e privado.

É importante lembrar que:

Nessa fase há uma tendência mundial a ações neoliberais fazendo com que o Estado tome uma atitude de forma diferenciada nas dinâmicas econômicas dos países capitalistas. O Estado deixa de ter força nas decisões da economia e age como viabilizador de infraestrutura e de políticas auxiliares às ações econômicas, como também passa a ser um agente fiscalizador e regulador da ordem. As ações do Estado neoliberal permitem dotar o espaço de equipamentos onde o capital das empresas possa se instalar. (FARIAS, 2010, p.17).

Nessa perspectiva, estava instituída a política neoliberal no Brasil, que teve início com o Governo Collor, em 1990, trazendo como fundamento a política do Estado mínimo. O Estado, dessa forma recua sua força de intervenção na economia, para contemplar o nascimento de uma nova ordem econômica, mais liberal capaz de acelerar

a economia do país, dando mais oportunidade ao capital privado. Assim, houve durante o governo de FHC (Fernando Henrique Cardoso), entre os anos de (1994-2002) uma intensa abertura do mercado interno e de privatizações. (MACIEL, 2009, p. 58). Em contrapartida, vemos essa mudança se refletindo na agricultura, que passou por um processo de modernização na sua base de produção e de tecnologia. E, dentro dessas mudanças, inclui os projetos de agricultura irrigada, a exemplo do PIVAS.

Nesta perspectiva, Farias (2010, p. 43-44) afirma que,

A microrregião do município de Sousa e grande parte do sertão paraibano estão inseridas dentro de um novo discurso sobre o aproveitamento hídrico e também sobre as novas rotas da economia regional motivadas pela expansão do meio técnico-científico-informacional no interior do semiárido nordestino.

É neste sentido, que observamos a crescente necessidade de modernização da agricultura no século XX, que cada vez mais foi dando os sinais dessa nova revolução no campo.

Para Santos e Silveira (2008),

[As] Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional.” (SANTOS e SILVEIRA *apud* Farias, 2010, p. 44).

Ademais, a tendência é que cada vez mais esse novo modelo de agricultura dita “modernizada e globalizada” venha trazer o crescimento e a rapidez esperados para a região Nordeste tão sofrido como antes se colocava nos discursos.

Para o entendimento dessa compreensão em torno da introdução do sistema de irrigação no Nordeste, torna-se necessário apreender os antecedentes que possibilitaram a concretização de tal projeto hidroagrícola na região de Sousa, no sertão paraibano. Para isto, recorreremos aos dados técnicos da SUPLAN (Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado), que nos apresenta um estudo preliminar do traçado do Canal Coremas/Mãe d’Água para as Várzeas de Sousa. O documento revela

que a Barragem de Coremas teve sua construção iniciada em 1939 e sua conclusão em 1942. Já a Barragem de Mãe d'Água foi concluída em 1958. O objetivo previsto no projeto era a regularização do baixo Açu e a irrigação das Várzeas de Sousa. Depois da elaboração de estudos, o DNOCS concluiu que a alternativa economicamente viável era a de nº 01, ou seja, deveria ser feito a construção de um Canal com captação na barragem Mãe d'Água que conduziria a água por gravidade até as várzeas de Sousa. O mapa abaixo mostra a planta do Canal Coremas/Mãe d'Água para Várzeas de Sousa.



Ilustração 03: Fonte Documento (Canal Coremas/Mãe d'Água – Sousa, s. d.)

Apesar da Barragem de Mãe d'Água ter sido concluída em 1958, só em 1993 o DNOCS elaborou o projeto básico para essa alternativa. Em 1995, o então Governador Antônio Mariz com o propósito de resolver o problema da região determinou que fosse feita a licitação da obra, o que aconteceu em outubro de 1995, quarenta e seis anos, portanto, após a construção da barragem de Coremas. O início das obras foi autorizado em agosto de 1996, na cidade de Sousa, já pelo Senhor Governador José Maranhão. E segundo o Governo do Estado da Paraíba e a SUPLAN, a construção do Canal de Transposição dos açudes Coremas/Mãe d'Água para as Várzeas foi a maior e mais

complexa obra de engenharia em construção da Paraíba, e talvez do Nordeste. (SUPLAN, S. d., s. p.)

Desse modo, o Canal da Redenção foi construído com a pretensão de levar água ao Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa para promover o desenvolvimento hídrico-sustentável dessa região. Assim,

O Canal da Redenção construído entre 1997-2002 durante o Plano das Águas. Ele foi dividido em duas etapas. A primeira delas corresponde à construção do canal adutor com uma vazão de 4.000 l/s e com 37 km de extensão que atravessa os municípios de Coremas, São José da Lagoa Tapada e Aparecida. A segunda etapa, iniciada em 2008, corresponde à distribuição de lotes com infra-estrutura para o funcionamento de um projeto de irrigação denominado Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (Pivas), cujo objetivo maior é desenvolver a fruticultura irrigada para exportação. Segundo dados do Ministério de Integração Nacional, o custo da obra foi calculado em R\$ 64.700.000, 00. (LIMA, *apud* Farias, 2010, p. 45).

De acordo com Farias (2010), a responsabilidade da gestão das águas do Canal da Redenção é feita pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESAs), que é vinculada à Secretária de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Ciência e Tecnologia (SEMARH), enquanto que a gerência do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa é feita pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (SEDAP) através da Coordenadoria de Irrigação.

Portanto, o PIVAS foi implantado dentro de uma parceria entre o Governo Federal, através do Ministério da Integração e o Governo do Estado da Paraíba. Os dados iniciais de uma primeira parte do Projeto se estendem por 973 hectares de várzeas, hoje esse número representa 992, 53 hectares (ha), onde estão instalados 178 produtores rurais, que já trabalhavam com irrigação há muitos anos. Entre eles, 98 irrigantes foram selecionados por meio da linha de financiamento ou Projeto de Combate à Pobreza rural; 60 por meio do Projeto Nossa Primeira Terra e 20 por meio do Projeto Consolidação da Agricultura Familiar. Eles receberam 178 lotes de terras, todos demarcados e divididos pelo INTERPA, com a assessoria técnica da EMATER-PB, a Secretária da Agricultura e a Secretaria da Infra-Estrutura do Estado. (PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, s.d., p. 16).

É importante ressaltar que todos os irrigantes do PIVAS, obrigatoriamente, como condição para se instalarem na área, foram associados ao Distrito de Irrigação que terá a atribuição de recolher a tarifa de água que todos os irrigantes terão que pagar, bem como a realização da administração, operação e manutenção da infra-estrutura coletiva, como: canal, construções civis e equipamentos. (Idem; s.d; p. 14).

No seu planejamento, o projeto visa promover o desenvolvimento da região oeste do estado, tendo como objetivo o aproveitamento hidroagrícola em uma área de 5.100 hectares com fruticultura: (manga, banana, goiaba, uva, graviola, pinha, caju, abacaxi, melão, mamão, melancia, maracujá e coco) e outros produtos agrícolas, tais como: algodão, milho, tomate, arroz, feijão massacar, macaxeira e forrageira.

E se, como vimos, o aprimoramento de instrumentos de manejo agrícolas e ações advindas da nova expansão da agricultura moderna têm sido empreendidos nos últimos anos, como a exemplo do agronegócio e da irrigação de fruticultura para exportação, a irrigação de fruticultura nas várzeas surge como um modelo novo, “moderno” e “científico” imposto por esse novo padrão de agricultura mais globalizada. Vejamos o sistema de distribuição de água nas várzeas de Sousa:

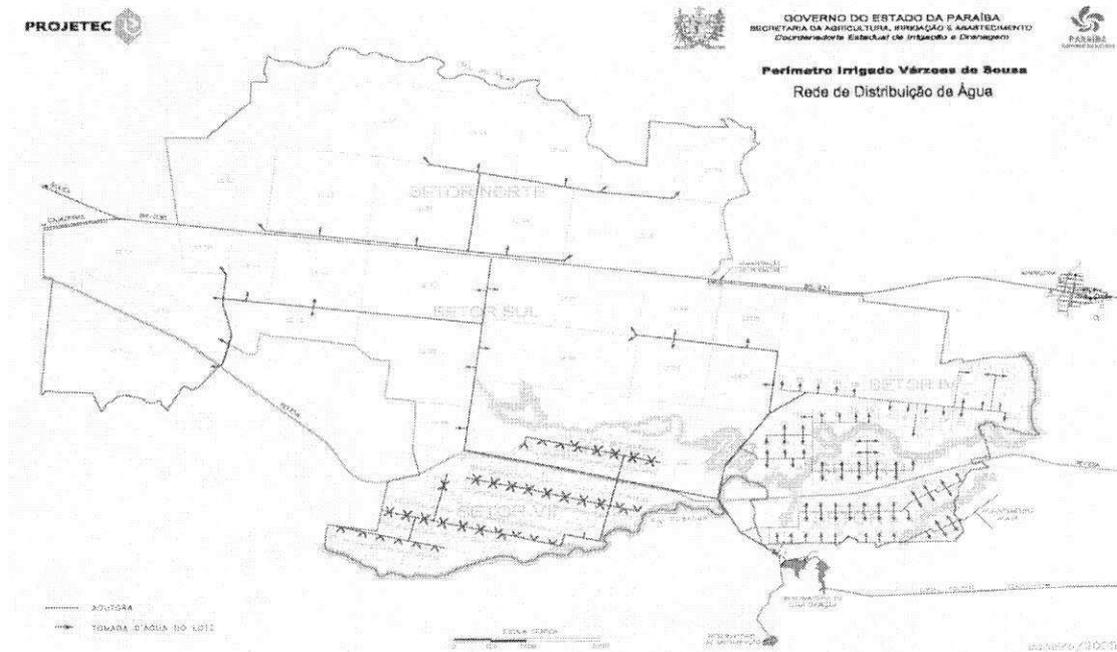


Ilustração 04: Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa, Rede de distribuição de água, ano 2005. Fonte: Governo do Estado da Paraíba. Coordenação do PIVAS.

Como podemos observar, no PIVAS, o sistema de distribuição de água para irrigação do perímetro das várzeas tem seu funcionamento por gravidade desde o reservatório de distribuição até os pontos de tomada d' água na entrada de cada lote. É neste sentido que uma reportagem veiculada na revista do Governo da Paraíba, trás como anúncio: *“A esperança está de volta à região das várzeas”*, e instiga a compreensão do PIVAS como um projeto bem articulado que pode viabilizar a convivência em lugares considerados inóspitos pelos seus habitantes. (*Revista Paraíba da Gente*, 2010, p. 37).

Dado o exposto, acreditamos que projetos e iniciativas de desenvolvimento regional devem ser criados, da mesma forma que estratégias e ações pela melhoria das condições sociais e econômicas devem e podem ser implantados. Neste entendimento, o projeto PIVAS tem se colocado como um elemento importante para desmistificar a ideia de uma terra improdutiva e sem solução, visto que as imagens elaboradas ao longo dos tempos mostravam essa perspectiva. Como um projeto modernizador ao adotar um modelo de irrigação agrícola tão audacioso quanto esse. Porém, não podemos compreender esse processo sem nos remetermos as correlações de forças e as relações de poder que permeiam a instituição do PIVAS.

2.2. Convivência e diversidade: possibilidades e contradições

A informação transforma-se em conhecimento com base na reflexão constante do mundo. Descobre-se que há muito para aprender, discutir e modificar. (SOUSA; REIS, 2003, p. 30).

Considerando as discussões anteriores neste estudo, o PIVAS é fruto da idéia de que, para tornar a convivência do homem com seu meio mais ameno, é necessário e já dito que práticas efetivas devem ser elaboradas, assim como também projetos que possibilitem essa convivência devem ser implantados como forma de amenizar os problemas advindos do fator climático dessa região. Então, para uma melhor compreensão do assunto, buscaremos agora entender como essa nova visibilidade propiciou o surgimento de movimentos sociais e o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Na atualidade, considerando a importância desse debate, buscaremos identificar as transformações possibilitadas pelo PIVAS, verificando até que ponto esse projeto viabilizou o desenvolvimento da região de Sousa-PB e se configura como

resposta aos embates e correlações de forças advindas da forma de se pensar o desenvolvimento sustentável no Semiárido.

Com o crescente discurso de modernização, ocorre uma maior valorização pelo conceito de “desenvolvimento sustentável”, que por sua vez torna-se fundamental no processo de convivência com o Semiárido, direcionado exatamente para o crescimento socioeconômico de um determinado lugar. Esse discurso vem sendo sentido em toda parte do mundo e se estabelecendo em diversos espaços de poder, passando por várias instâncias para elaboração e definição de leis e prioridades acerca das possibilidades do uso dos recursos naturais para esta região. A partir dessa compreensão, Moreira Neto (2010, p. 24-25) aborda que,

O pressuposto da Sustentabilidade vem ancorado em práticas e alternativas de desenvolvimento harmonioso e integrado das esferas econômica, política e social e no protagonismo dos habitantes do Semiárido e é referenciado como essencial à reelaboração de relações de poder-saber que, deslocando-se do tradicional discurso da dependência, passam a gestar novas possibilidades para este território.

Como se pode perceber o processo de desenvolvimento sustentável não é uma ação rápida e nem fácil, sua compreensão envolve toda uma complexidade, que deve ser estabelecida ao aliar a racionalidade econômica com a racionalidade ecológica, fazendo com que, a natureza seja respeitada dentro de seus limites. Esse alcance vai permitir mais tarde que nossas futuras gerações possam usufruir de uma natureza mais benéfica para todos a favor de uma preservação ambiental mais sustentável. Assim, “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 46, *apud* Macedo, 2004, p. 36).

Pensando nessa discussão sobre desenvolvimento sustentável, é importante e necessário que haja uma ação educativa para transformação do Semiárido. Neste sentido, busca-se o princípio da ética e da convivência harmoniosa do ser humano com o meio ambiente. Para tanto, é fundamental que as pessoas conheçam e valorizem a natureza em que vivem, assim como a sua história, os modos de vida e a cultura da sua localidade, passando a agir de modo mais consciente e respeitando sua diversidade. Assim, Souza e Reis (2003, p. 27) colocam:

O sentido que atribuímos à Educação para Convivência com o Semi-Árido “(uma pedagogia da vida) está no fato de poder contribuir para que as pessoas assumam uma nova postura diante do meio em que

convivem e de que, nessa busca do (re) conhecimento de si (como sujeito histórico) e do lugar (como reflexo dessa história), possam interferir e transformar a ambos.

A partir dessa concepção, é chegada a hora de discutir, planejar e agir, para colocar em execução os projetos pensados para a transformação do cenário regional, no intuito de solucionar e amenizar os problemas da falta de água, do acesso do uso dos recursos naturais e das deficiências do sistema educacional, bem como da geração de trabalho e renda no Semiárido brasileiro.

Nesse contexto, aliada a essa idéia de “Convivência/Sustentabilidade/Educação Ambiental” surge o conceito de “Agricultura Familiar”, que problematizaremos agora como ponto fundamental neste capítulo.

Observa-se nos anos 90 um crescente interesse pela “agricultura familiar” no Brasil. Este interesse se concretizou em políticas públicas, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, que enquadra produtores rurais como beneficiários de linhas de crédito rural. Deste modo, o termo começa a surgir na nomenclatura brasileira,

Em 1991, com a tese de doutorado de Ricardo Abramovay, sendo reforçado posteriormente, em 1994, por Eli da Veiga, em um estudo realizado para a organização para a alimentação e a agricultura (FAO/INCRA) em 1994. Alguns consideram a agricultura familiar como uma ‘criação’ do Estado, transposta para o Brasil num esforço conjunto com os organismos internacionais para estabelecer diferenciação entre a agricultura patronal, bem sucedida, e os pequenos agricultores, carentes de uma concepção de política específica. (BASTOS *apud* Maciel, 2009, p. 64)

Em busca do conceito de “agricultor familiar”, Belik (1991) realiza um trabalho de avaliação do PRONAF especificando esse termo:

O termo agricultor familiar jamais foi utilizado explicitamente como público-meta de qualquer plano de apoio ao campo. No passado havia uma confusão quanto ao termo agricultura familiar. Para efeito de estatísticas considerava-se a agricultura familiar como sendo equivalente a pequena produção. Estes produtores eram aqueles cuja área do estabelecimento era inferior a 50 ha. Mais tarde, criou-se a categoria dos mini-produtores tendo como base a renda obtida na produção. Definida a renda 65 deste produtor nas atividades agrícolas, o mesmo poderia ser classificado como mini-produtor ou pequeno produtor fazendo jus ao acesso aos recursos do FAT. Segundo definição do Banco do Brasil, o mini-produtor é aquele que tem uma renda até R\$7,5 mil e o pequeno produtor tem renda até R\$22 mil. Acima destes níveis estamos tratando de grandes produtores. [...] Recentemente, o governo passou a se utilizar da definição de agricultura familiar a partir dos resultados obtidos pelos estudos

desenvolvidos no convênio FAO/INCRA a partir de 1994. A agricultura familiar, segundo estes critérios, estaria baseada em três elementos: gestão familiar, tempo de trabalho dedicado à propriedade e área do estabelecimento. (BELIK *apud* Maciel, 2009, p. 64-65).

Assim, ao lado do agronegócio, a agricultura familiar se tornou uma modalidade de produção agrícola a ser estudada e passou a ser definido como alternativa ecologicamente viável para permitir o alcance do desenvolvimento sustentável.

Abramovay e Piketty *apud* Maciel (2009, p. 64), explicam que:

A expressão 'agricultura familiar' é de uso recente no vocabulário científico, governamental e das políticas públicas, no Brasil. Os termos empregados até uns 10 anos atrás - pequena produção, produção de baixa renda, de subsistência, agricultura não comercial - revelam o tratamento dado a esse segmento social e o seu destino presumível: era encarado como importante socialmente, mas de expressão econômica marginal, e seu futuro já estava selado pelo próprio rumo do desenvolvimento capitalista, que acabaria fatalmente por suprir tais reminiscências do passado.

Segundo Abramovay e Piketty, para mudar essa visão desfavorável à agricultura familiar, é importante analisar os fatores: científico e político. No caso, o científico mostra o desenvolvimento da agricultura nos países mais desenvolvidos, onde há a possibilidade do aumento da produção e o emprego de trabalho assalariado em larga escala. E o político, submetido às grandes conquistas, tornando intenso o movimento social ligado no tocante às questões agrárias.

Foi neste último sentido, seguindo a esteira do desenvolvimento sustentável que grupos organizados começam a surgir na década de 1990, alinhando-se a essa nova perspectiva modernizante, caracterizada pelo surgimento cada vez mais forte de movimentos sociais em busca de seus direitos por melhores condições de vida. Ou seja, com a presença da sociedade civil organizada nesse projeto não estava mais em discussão o enfoque colocado pelas políticas públicas em torno do combate a seca, e muito menos sua política assistencialista, o que se viu nascer neste momento foi uma nova política gestada por uma sociedade mais organizada e deste modo, mais consciente. Essa nova postura procura ainda trazer como reflexão a preocupação com a questão ambiental, envolvendo uma política ecologicamente racional, a partir da compreensão de que não basta ter água e terra sem antes ter a preocupação com a natureza e a ambiência.

Esse processo de mobilização social ocorreu fundamentalmente devido ao crescente descontentamento e indignação da sociedade civil com a instituição governamental, que não respondia aos anseios da população que há muito tempo vinha sofrendo com o abandono público. O que aconteceu na realidade é explicado pelo mau atendimento da ação pública com a população, assim como a pouca importância que se deu ao caso, motivo que levou a sociedade organizada a descruzar os braços e ir à luta, promovendo assim, a “reforma agrária”. É certo que,

A reforma agrária é uma política pública para a democratização do acesso à terra e formação do campesinato. Nesse sentido, foi e é defendida como uma possibilidade de desenvolvimento do capitalismo bem como é uma forma de construção de novas experiências de luta contra o capital, ao mesmo tempo em que representa efetivamente a ressocialização dos expropriados. Nesse âmbito, acontecem as discussões em que a reforma agrária é vista como questão econômica, como questão social, de solução de injustiças etc. (FERNANDES, *apud* Farias, 2010, p. 53).

Então, tal modelo de política social que nascia, procurava amenizar a exclusão social e a pobreza regional na busca incessante pelo desenvolvimento, a partir das ações empreendidas por essas políticas menos institucionalistas, ligadas a sociedade civil. A partir desse momento, o controle dos aspectos ambientais, como o uso da água, torna-se um bem fundamental e uma prioridade para o governo, que agora procura se adequar a esse novo contexto trazido pela modernidade. Em síntese, o que se percebe é a necessidade de promover ações que viabilizem o desenvolvimento sustentável, através das considerações dos aspectos sociais, ambientais e econômicos.

O fato é que, neste contexto, o PIVAS, tem se revelado um espaço de possibilidades e contradições, no qual grupos humanos começam a se mobilizar em prol de seus direitos, passando a reivindicar melhores condições de vida e posse de terras nesta localidade. O resultado desse processo foi o fortalecimento do MST (Movimento Sem Terra) impulsionado pelo esforço de todas as famílias expropriadas dessas terras para a construção do PIVAS.



Ilustração 05: Imagens da mobilização realizada no dia 24/ 05/ 2004, na BR-230. FONTE: CPT, 2004.

Essas imagens ilustram as primeiras manifestações pela territorialização camponesa no PIVAS, tendo início na manhã do dia 24 de maio de 2004, quando articulados pela CPT-Sertão, cerca de 400 famílias de diversas origens realizaram o fechamento da BR-230, entre os municípios de Sousa e Aparecida, e conseguiram executar a primeira ocupação nas margens do projeto. Os manifestantes reivindicavam a reforma agrária na área destinada ao PIVAS, paralisada pelo TCU (Tribunal de Contas da União) e a utilização das águas do Canal da Redenção para a agricultura. Tal ação reivindicativa gerou grande repercussão em todo Estado. (FARIAS, 2010, p.54). A partir de então, foi fundado o primeiro acampamento nessas terras, na margem direita da BR-230, na saída de Sousa à Aparecida, sendo este acampamento nomeado de “Várzeas de Sousa”.

Portanto, a mobilização das populações locais, no sentido de lutar pela criação de alternativas ecologicamente viáveis para permitir o alcance do desenvolvimento sustentável via agricultura familiar e, ainda, o fortalecimento de sua participação nesse processo político, na condição de protagonista, foi um dos principais fatores para que o PIVAS fosse repensado. Pois, a princípio, a área que constitui o projeto PIVAS como já foi mencionado, seria destinada para irrigação empresarial, apoiado pelo Governo do Estado. Contudo, com as pressões populares, o projeto foi mudando sua idéia original em detrimento ou em prol desses novos sujeitos que surgiram, através de suas ações e organizações (tais como: comissões, sindicatos, associações, cooperativas de pequenos produtores e organizações não governamentais - ONGS de assessoria e apoio), para

reivindicar seus direitos em meio às ações deliberadas das políticas públicas e sua falta de assistência com os mesmos. Então, o que podemos perceber com isso é que há uma superação dos antigos discursos quanto aquele território e sua gente. Deste modo, Fortunato aborda que:

O controle social aparece como mudança da postura autoritária, herança de uma história marcada pelos desmandos políticos, sinalizando para práticas institucionais deliberativas e de maior representatividade da população.” (FORTUNATO, 2010, p. 7)

Sendo assim, com o aparecimento desses novos agentes sociais o Semiárido vai ganhando uma nova imagem e se transformando, neste sentido, em um lugar de potencialidades e possibilidades de crescimento socioeconômico. Nasce então, a esperança de dias melhores no Sertão e o otimismo toma conta daquela gente que se via excluída daquele processo político.

No estabelecimento da territorialização do projeto PIVAS, pelos novos agentes sociais, é chegada a hora de pensar e refletir nas ações coletivas que serão desenvolvidas daqui por diante, no intuito de resolver os problemas advindos da comunidade. Nesse embasamento de idéias, é imprescindível que se coloque em discussão o papel das associações para uma melhor elaboração dos projetos produtivos na sua integração em contratos com bancos. Assim, “o controle financeiro facilita o andamento administrativo da associação e, em especial, o gerenciamento do projeto.” (PROGRAMA DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, s.d; p. 14). Nesse contexto, o mesmo Programa de crédito afirma que;

Visando a execução do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, o Governo da Paraíba e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, assinaram em outubro de 2004 um termo de cooperação tendo por objeto definir obrigações e delegar competências para execução do Programa de Crédito Fundiário, onde foram incluídos os lotes dos setores I, II, VI e VII, inseridos nas glebas I, II, III, desafetadas da condição de bens públicos inalienáveis para a implantação do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa, observados os requisitos previstos no Decreto nº 4.892, de 25/11/2003 e no Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. (Idem, s.d; p. 3).

Os 178 irrigantes da primeira etapa do PIVAS foram instalados segundo essa linha de crédito, de acordo com as três linhas de financiamento: Projeto Combate à Pobreza Rural (98 irrigantes); Projeto Nossa Primeira Terra (60 irrigantes) e Projeto

Consolidação da Agricultura Familiar (20 irrigantes). Segundo Farias (2010), atualmente, além desses 178 lotes destinados aos pequenos produtores, o perímetro irrigado ainda é dividido em 17 lotes empresariais, 6 lotes pertencentes ao INCRA, 2 para pesquisas da EMEPA e 1 lote para a Escola Agrotécnica Federal de Sousa, atual IFPB (Instituto Federal da Paraíba).

A inserção das famílias camponesas nos assentamentos em Sousa sugere uma transformação nos padrões sociais e econômicos locais. Sua compreensão abrange uma nova forma de pensar o Semiárido, seus aspectos físicos como o solo, a água, a natureza, enfim, seria uma nova forma de se relacionar com o seu meio e perceber suas limitações. É preciso que esses pequenos produtores munidos de interesses comuns se unam de forma articulada e criem estratégias ou medidas com base em planejamentos para uma melhor obtenção dos resultados advindos dessa luta.

Neste sentido, tomando com base o planejamento, torna-se importante a inserção desses produtores familiares em programas de fortalecimento de crédito fundiário, a exemplo do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), onde os irrigantes das várzeas voltados para a agricultura familiar acabam se adequando ao modelo do agronegócio, como forma de expandir sua produção interna para vários lugares do Brasil e do exterior a partir dessa nova ideia empresarial e de mercado.

Os caminhos para a Agricultura Familiar no PIVAS surgem nos termos de mobilização e luta por terra; de conscientização e comprometimento; de encaminhamentos e embasamentos acerca de projetos de desenvolvimento; de gestão e organização comunitária; da integração de associações em programas de fortalecimento de crédito fundiário e assim por diante. Entretanto, não bastam apenas esses caminhos para tal objetivo, sua compreensão ainda sugere a reflexão do saber/poder da natureza, como forma de alcançar a transformação esperada. Sendo assim,

A emergência do saber ambiental como forma de transformação só pode ocorrer com o fortalecimento das instâncias locais de poder, especialmente com a participação real de cada um, de forma consciente e comprometida, por meio de uma mobilização social e de mudanças institucionais. O acesso à informação livre de pré-conceitos e de falsos sonhos e mitos consumistas é imprescindível para isto. (CHACON; BURSZTYN, s.d; p. 8).

Essa análise de Chacon e Bursztyn nos permite refletir sobre a postura adotada pelos novos agentes sociais, que começaram a se mobilizar, de forma mais concreta e

incisiva no intuito de alcançar os caminhos institucionais para a transformação desejada. Neste sentido, essa discussão só vem reforçar o que já vínhamos dizendo antes sobre a importância do fortalecimento social na comunidade, tanto na sua forma de participação como em seu comprometimento com as ações diante do grupo e do uso adequado dos recursos naturais. Portanto, é com base nessa compreensão, que o autor expressa a importância do acesso à informação como maneira de obter o conhecimento e a reflexão esperados nesse processo, na intenção de que a sociedade se reconheça nesse meio e perceba seu papel como mediadora do desenvolvimento.

O modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. (FAO/INCRA, 1994).

Portanto, a ideia é de que para tornar mais consistente e mais promissor a prática da agricultura familiar, torna-se relevante a integração da “agroindústria” ou “agronegócio”, solução e desafio que garantiria o sucesso de pequenos agricultores empreendedores no Nordeste. É através da iniciativa da agroindústria, que o pequeno agricultor integra-se ao mercado interno e externo, possibilitando sua sustentabilidade. Nesse mercado se verifica a qualidade e a garantia dos produtos que se tornam indispensáveis para as chances do sucesso da produção. Assim, “Com a implantação de agroindústrias, abre-se um mercado adicional para os produtos oriundos da irrigação, maximizando-se a renda do produtor pela agregação de valor aos produtos, criando-se empregos estáveis, além de interiorizar o desenvolvimento.” (FRANÇA, 1999, p. 19)

É neste sentido que França (1999) afirma que a implantação do Perímetro Irrigado de Sousa vai trazer grande impulso a essa região “com a incorporação de mais de 5.000 ha na produção hortícola (frutícola, olerícola e cotonícola). Espera-se, com isso, implantar uma agricultura de padrão tecnológico superior, de forma a aumentar a produção e, conseqüentemente, a renda do produtor.” Ao mesmo tempo, haverá uma articulação interinstitucional e empresarial de forma a se estabelecerem os canais de comercialização, inclusive atraindo agroindústrias para beneficiar a produção nesta localidade. (FRANÇA, 1999, p. 17).

O que se perceber a partir dessa concepção de França, é a elaboração da nova imagem que é atribuída aquele espaço social com a implantação de Projetos de Irrigação em Sousa, de modo a esperar que esses projetos, a exemplo do PIVAS, venham trazer aspectos positivos a localidade sousense, a qual possa beneficiar agricultores familiares como resposta as suas ações e empenho junto à comunidade, na busca de mais autonomia e conseqüentemente seu desenvolvimento socioeconômico.

Desse modo, o PIVAS é considerado,

(...) uma área que desperta cobiça principalmente pelas características ambientais favoráveis à fruticultura irrigada, e por ser um dos pontos fortes da política de desenvolvimento econômico local e instrumento de manipulação política. A construção de um território, representado pelo acampamento, onde a sua lógica de reprodução identitária deveria contrapor-se à lógica e aos interesses políticos e empresariais, nos força a enxergar uma reorganização do espaço compreendido pelo Pivas. Portanto, entram em conflito os pontos de vista do capitalismo trazido pelo agronegócio exportador e a necessidade da conquista da cidadania pela afirmação da identidade camponesa, em que sair vencedores ou perdedores desse embate será resultante direto da resistência de uns e cansaço de outros. (FARIAS, 2010, p. 61).

Nessa perspectiva, considera-se que a iniciativa do projeto tem alcançado saltos positivos sobre a economia do Estado, com ações voltadas para o desenvolvimento das atividades agrícolas e agro-industriais. Mas, embora o PIVAS tenha sido visto como um grande aliado para o desenvolvimento econômico sousense e principalmente para colocar a economia local em pé de igualdade com outras empresas nacionais concorrentes, torna-se necessário pensar como se configura a idéia de convivência e as transformações econômicas políticas e sociais levando em consideração os paradoxos que se estabelecem nas vivências e aprendizagens dos diversos atores inseridos no projeto.

CAPÍTULO 3: A CONVIVÊNCIA NO PIVAS: TRANSFORMAÇÕES E IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS.

3.1. A ideia de convivência no PIVAS: protagonismo dos sujeitos

O PIVAS que, como vimos, inclui-se no conjunto de alternativas modernas para se viver melhor no Semiárido, passa a desenvolver muitas ações referenciais para manter a convivência local na cidade de Sousa-PB, como agricultura irrigada para a produção de frutas, legumes e grãos com o propósito da produção de biodiesel, a exemplo do (milho, girassol e sorgo). Porém, a produção de alimentos diversificados através da agricultura familiar e do protagonismo dos agricultores familiares e assentados, só ocorreu devido

A entrada das famílias camponesas no Pivas com a formação de acampamentos [que] foi essencial para que se estabelecessem referenciais de reflexão sobre as motivações políticas e econômicas para a instalação de um projeto desse porte naquela região, tornando de domínio público as contradições sociais que a ociosidade dessas terras revela e os princípios segregacionistas que o projeto revela. (FARIAS, 2010, p. 52)

De acordo com Farias, as ações empreendidas pela mobilização social promoveram uma reflexão acerca das possibilidades para alcançar a reforma agrária nesta localidade e a conquista da territorialização na ocupação das terras ociosas no perímetro irrigado, paralisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Na medida em que as pessoas expropriadas dessa área começaram a se mobilizar, iniciam as contradições do conflito entre os interesses de empresários e camponeses, o que fez com que a ideia original do PIVAS fosse repensada.

Com a mobilização, acampamentos foram levantados, que resultou em mudanças no comportamento estratégico de resistência para permanecer na terra. Nesses acampamentos muitas famílias procuraram em meio às dificuldades se adaptar ao meio, criando alternativas viáveis que lhes garantissem melhores condições de vida nesta localidade. Através da ideia da convivência, as famílias procuraram desenvolver atividades voltadas para a agricultura familiar, visando promover o desenvolvimento sustentável. Porém, tiveram que se adequar ao novo modo de produção voltado para o mercado, alinhando-se a ideia do agronegócio imposta pelo modelo empresarial, o que

ocorrerá mais tarde, quando em 2009 dá-se o fim dos acampamentos pelo Governador na época, José Maranhão, através da “Concessão Real de Uso das Terras” ao INCRA para assentar as famílias acampadas em um distrito de irrigação. Contudo, esses assentados teriam que assinar um documento imposto pelo Governo do Estado e o Ministério da Integração Nacional se comprometendo a produzir três culturas exigidas: (melão, melancia e goiaba) que deveriam ser produzidas em um período de um ano. E o não cumprimento, levaria a quebra de contrato, resultando na saída da família assentada para dar lugar a outra que possa cumprir com essa determinação. (FARIAS, 2010, p. 71).

Com essa atitude de alinhamento para permanecer nas terras, os camponeses deixam transparecer um comportamento contraditório pela assessoria da CPT, visto que, seus objetivos de luta eram bem diferentes do proposto. A CPT desde o início desempenhava um papel de assessoria e articulação política junto aos camponeses do PIVAS, com o objetivo de possibilitar aos mesmos o retorno às terras através da reforma agrária, contra o modelo concentrador do agronegócio. E, segundo Farias, “a aceitação por parte dos camponeses surge como uma estratégia de conquista da terra” (FARIAS, 2010, p. 67), ou seja, é aquela velha ideia, ou você se adapta ao sistema ou o sistema o subsume de vez. Essa é uma lógica de risco, mas as famílias para permanecer no perímetro, precisaram se adequar as mudanças trazidas pela modernidade, cedendo em alguns pontos, como forma de se adequar a lógica de mercado do projeto.

No entanto, mesmo se submetendo a essa determinação, os camponeses procuraram preservar seus interesses de luta (terra para moradia, trabalho e autonomia de produção familiar). Com esse esclarecimento, não havia como a CPT não apoiar esse comportamento das famílias, que seria interpretado pela mesma, como uma luta que não terminaria somente ali, ou seja, os camponeses deixam de lado seus interesses de luta naquele momento, para mais tarde, já garantidos nas terras, se levantarem das cinzas mais articulados para investirem nessa luta.

Então, a ideia básica seria que, as ações oriundas da sociedade civil organizada passem a influir de maneira incisiva nas decisões para elaboração e execução de políticas públicas na localidade em que vivem.

Corroborando com essa ideia, Fortunato (2010, p. 6) afirma que,

A vivência de novas relações de poder só se registra onde há o controle social, o qual traz estrita relação com a idéia da constituição de uma esfera pública democrática que possibilite o exercício de novas relações entre a sociedade e o governo.

No PIVAS, a ideia de “acampamento” serviu então como um ponto estratégico fundamental para que fossem colocados em foco os interesses sociais de luta, e desta forma, passou a significar um instrumento de práticas ideológicas no sentido de possibilitar a conquista dos anseios coletivos e o estreitamento das relações para a inserção desses grupos na elaboração e execução de políticas públicas na localidade.

A partir dessa discussão, a idéia que se tinha do PIVAS, como um projeto voltado para a agricultura irrigada aliada ao agronegócio começa a ser repensada na medida em que a mobilização social se fortalece passando a integrar a esse empreendimento a ideia de agricultora familiar. Portanto, as estratégias desenvolvidas pelos acampados colocam em xeque

Uma das estratégias dos governos neoliberais [que] é a desarticulação dos movimentos sociais através da burocracia das negociações que impõe e tenta vencer pelo cansaço, pelo discurso que criminaliza e marginaliza o grupo dentro do imaginário social, o que faz a espera aumentar, causando desilusões e, por fim, a desistência da luta. (FARIAS, 2010, p. 61).

As ações empreendidas pelas famílias foram desenvolvidas em prol da conquista da autonomia e da cidadania dos camponeses como resistência ao modelo agroexportador. Com base no entendimento, torna-se importante analisar o papel da família agricultora nesse processo político e social para a convivência no Semiárido.

A importância da família como foco de atenção e de atuação do discurso da convivência também representa a possibilidade de que, através de um processo educativo informal, sinonimizado e experienciado em oficinas, capacitações, visitas de intercâmbio e inúmeras outras modalidades que se apresentam fartas nas experiências das entidades que trabalham com a proposta da convivência, sejam transformadas em concepções de mundo, sejam aceitas e reproduzidas como procederes e comportamentos. (FORTUNATO; MOREIRA NETO, 2010, p.58)

A importância da agricultura familiar nesta perspectiva de conflito social se constitui como uma forma de conquista da cidadania, da dignidade humana, enfim, da autonomia da produção familiar. Esse tipo de trabalho está aliado à idéia de desenvolvimento sustentável familiar, local e ambiental. Os embates de correlações de forças de interesses se afirmam na medida em que os grupos sociais vão se fortalecendo,

colocando em risco os interesses do “agronegócio” ou do “empresário”. A solução cabível para que sejam resolvidas essas diferenças é tão somente “a incorporação da noção de interesse público em detrimento de interesses corporativos” (Watanabe, 2010, p. 40), visando possibilitar à construção de uma política que possa favorecer o desenvolvimento sustentável da região aliado a sociedade civil.

No próximo subitem exploraremos as falas de alguns integrantes do PIVAS com intuito de, por meio da apreensão de suas vivências, valores e princípios que fundamentam suas representações, compreender melhor a sua inserção no projeto e as implicações acerca do seu protagonismo.

3.2. Agricultura familiar e agronegócio: vivência, valores e princípios

O trabalho é a atividade humana por excelência, pela qual o homem transforma o mundo e a si mesmo. (ARANHA; MARTINS, apud. Souza; Reis, 2003, p. 37).

Como vimos anteriormente, no processo de compreensão das diversidades climáticas e dos fatores econômicos, políticos e sociais, os seres humanos tiveram que se adaptar a realidade local para poder desenvolver suas atividades de convivência e assim colocar em prática suas aprendizagens.

O aperfeiçoamento das práticas em lidar com a terra, com os animais e as plantas e de garantir a água, melhorando as condições de vida, levou o pequeno produtor a mudar a sua concepção sobre a região Semi-árida. (PINTO; LIMA, 2005, s. p.).

De acordo com essa abordagem, novas práticas e técnicas sustentáveis têm sido empreendidas para uma melhor qualidade de vida humana, animal e ambiental. Desse modo, criam-se novas formas de captação de água para minimizar a escassez da concentração de água nas regiões consideradas problemáticas. Além disso, outras formas de manejo adequado têm sido introduzidas no Nordeste, sem que haja necessidade do uso de agrotóxicos na natureza. Diante disso, entra em concepção a ideia do Semiárido como um lugar “prático”, que precisa ser compreendido em suas múltiplas formas, para que ocorra a convivência de seus habitantes com seu meio de maneira adequada e tomando com referência a ambiência.

Na identificação das mudanças de hábitos podemos constatar no PIVAS mudanças visíveis na maneira de viver dos produtores familiares, após se instalarem no

perímetro, o que lhes proporcionou uma significativa melhoria nas suas condições de vida e redimensionou as posturas políticas até então adotadas como forma de contraposição frente ao agronegócio. De acordo com Farias (2010, p. 94),

Nesses lugares [aonde são apreendidas experiências], os camponeses possuem histórias semelhantes em situações diferenciadas. Ao serem expulsos e/ou expropriados da terra, buscaram articulação com os movimentos sociais, com os quais criam estratégias para entrar na terra, seja por meio da reforma agrária ou integrando-se ao processo produtivo do agronegócio, a fim de, no futuro, reivindicar a propriedade da terra.

O nosso propósito neste momento não é somente mostrar essas novas práticas de convivência no Semiárido, mas, principalmente, compreender como tais práticas inferem na construção de novas representações sobre esse lugar. Também tentamos apreender como essas novas visibilidades são percebidas por seus habitantes e podem fazer com que eles se sintam mais estimulados a trabalhar e a fundar novas concepções de vida na sua comunidade. Nessa perspectiva, Watanabe (2010, p. 40) destaca a importância da participação nesse processo,

Participar, aprender uns com outros e construir coletivamente um novo conhecimento que fortaleça o sentido de viver em comunidade, de pertencer a ela, favorecem as expressões animadoras sobre o desejo de viver no campo. Vem reforçar o sentido presente no conceito de convivência com o semiárido, com base na sustentabilidade social, econômica e ambiental e traduzem que são muitas as possibilidades de transformar o que foi difundido por geração como uma realidade a ser combatida, de modo a produzir com dignidade, melhorando significativamente a qualidade de vida.

Nesse contexto, é importante a capacitação dos produtores em programas de convivência que viabilizem a troca de experiência e as aprendizagens com a vivência em grupo ou em comunidade.

Para aprofundar essa discussão, com base no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (PIVAS), foram realizadas entrevistas, com 3 técnicos agrícolas e 4 pequenos produtores residentes no perímetro. Colocamos em questão as mudanças sociais ocorridas na vida desses técnicos e pequenos produtores com a participação nesse projeto, no intuito de perceber as aprendizagens com esse empreendimento, em nível de conhecimentos adquiridos sobre o desenvolvimento rural, de práticas de manejo adequado e, sobretudo, nas suas especificidades em relação a projetos e programas que visam contribuir com esse desenvolvimento.

Ao questionarmos a respeito da relação entre agronegócio e agricultura familiar, percebemos que os técnicos agrícolas que trabalham no perímetro se posicionam de forma diversa em relação aos pequenos produtores. Para o técnico Filho,

A intenção do agronegócio e também dos assentados é atender aos pequenos de baixa renda, principalmente os orgânicos diretamente com a sua agricultura, plantando economicamente com suas famílias e um pouco melhor. É porque, existe uma diferençazinha entre agroecológico e agronegócio. O agronegócio abre caminho para os produtores comercializarem seus próprios produtos agrícolas, enquanto a agroecologia, em geral, é mais certificada, mas de qualquer forma, atende o produtor de um modo geral. (Entrevista realizada com José Messias Filho, técnico agrícola das Várzeas de Sousa, em 27 de agosto de 2013)

Nesse discurso, percebe-se que não há uma distinção entre agronegócio e agricultura familiar, é como se os dois fossem aliados, parceiros. Mas, quando perguntado sobre a convivência entre os empresários e os pequenos produtores, o técnico respondeu que “Como você bem sabe, os empresários são pessoas com capacidade maior de atender a demanda, devido à capacidade financeira, onde os produtores também de modo geral servem de mão de obra para eles.” Então, o que podemos concluir com esse depoimento é que a convivência entre empresários e pequenos agricultores tem sido pensada de forma harmônica, na medida em que um necessita do outro para que esse negócio dê certo. No entanto, essa harmonia é hierárquica, uma vez que o pequeno produtor, nessa parceria, é considerado apenas como mão-de-obra para os empresários, que compram a sua produção e vendem no mercado obtendo lucros. A ilustração seguinte mostra os produtos orgânicos embalados prontos para serem comercializados em supermercados da cidade:



Ilustração 06: Produção de legumes e frutas orgânicas que levam a marca do PIVAS. Fonte: site WWW.obeabadosertão.com.br 2013.

Sem fugir desta mesma linha de raciocínio, o técnico Nascimento, especialista em agricultura orgânica e filho de um produtor orgânico das Várzeas de Sousa, afirma que:

Hoje a gente precisa desmistificar que o agronegócio não é só aquele agronegócio de produtores que tem 1.000 hectares de produção, que trabalha com transgênicos, com agrotóxicos. Não! Hoje, o pequeno produtor como também a produção familiar tem que se ver como uma empresa, ou seja, um agronegócio para ter uma visão futura de crescimento e ajudar na renda pra ter um negócio controlado. (Entrevista realizada com Manoel Nascimento, técnico agrícola das Várzeas de Sousa, em 27 de agosto de 2013).

A partir desse discurso, percebemos que a ideia que antes os agricultores familiares tinham do agronegócio como algo negativo e excludente, vai sendo reelaborada, mudando e transformando as relações conflituosas em prol da eficácia do projeto. Não se trata mais daquela visão de “contraposição ao modelo do agronegócio”, mas sim uma visão de empreendedorismo, voltado para um sistema de produção que garanta o sustento familiar e a renda mensal a partir do excedente. Ao longo dos depoimentos vamos compreender essa desmistificação da representação do agronegócio pelos pequenos produtores residentes do PIVAS.

É neste sentido que o pensamento do produtor Nascimento, pai do técnico citado acima, se formula,

Na verdade, o agronegócio não é uma coisa assim que a gente tem como um bicho, não é? É um mal necessário, na verdade. Quando reinventaram o projeto PIVAS, colocaram os pequenos para produzir foi uma coisa que realmente fez com que o projeto desse certo, porque oitenta e alguma coisa da produção do PIVAS é produzido pelos pequenos, mas que os pequenos também tem que ter uma empresa âncora, agora desde que seja uma que zele pelo meio ambiente, que a gente sabe que tem uma aí que não pensa em produzir respeitando o meio ambiente, e isso não é interessante pra o PIVAS. (Entrevista realizada com Edinaldo José do Nascimento, pequeno produtor de orgânicos no PIVAS, em 27 de agosto de 2013).

Então, o agronegócio, que antes era percebido como “inimigo” pelos pequenos agricultores, hoje, já é visto de outra forma, “com bons olhos”, passando a imprimir uma representação positiva de “parceria” que encobre os conflitos de interesse.

A partir da concepção de convivência Sousa afirma:

Segundo meu modo de ver, a convivência entre os pequenos agricultores do PIVAS e do grupo empresarial, de certa forma é bem pacífica, vamos dizer assim, no meu caso, especificamente, que trabalho com agricultura orgânica, uma das empresas, num lote empresarial é uma empresa âncora, que veio a contribuir com o nosso negócio, pois toda nossa produção é escoada através dela, temos certificado de orgânicos e vendemos nossa mercadoria. É uma venda garantida, não é? E eu vejo que sempre é bom ter parcerias. Sempre é bem vindo e necessário num projeto de irrigação. (Entrevista realizada com Antônio Andrade Sousa, produtor rural das várzeas de Sousa, em 27 de agosto de 2013).

Do mesmo modo, outro produtor coloca que,

Sobre esse conflito dos camponeses e empresas, ninguém fala nisso não... O PIVAS não tem essas rixas não, lá é tudo na paz e todo mundo se entende. (Entrevista realizada com Raimundo Luiz de Sá - 62 anos, em 17 de agosto de 2013 nas Várzeas de Sousa).

Neste sentido, a integração ao agronegócio fez surgir um novo pensamento sobre a luta dos pequenos produtores pelo acesso aos bens e à terra. A fala do entrevistado acima representa um reflexo dessa mudança. Quando ele fala: "... lá é tudo na paz e todo mundo se entende", deste modo, é como se esse agricultor familiar estivesse mais conformado, em se aliar ao agronegócio para poder escoar sua produção. Sendo assim, o "novo" agricultor familiar do PIVAS é recriado pelas influências do meio em que vive. Por isso, não se percebe mais o conflito de antes, pois ele é apaziguado dentro dessas novas formas de se viver.

Portanto, se para os técnicos a relação entre agronegócio e agricultura familiar é de parceria, no caso dos empresários o lucro vem acima de tudo e o uso de agrotóxicos como forma de potencializar a produção é mais comum, embora, hoje, já se observe um movimento de aceitação na perspectiva da agroecologia. Já os pequenos produtores, oscilam entre o envolvimento necessário com o agronegócio e a defesa da agroecologia e da agricultura familiar.

A agroecologia é tida como modalidade a ser seguida pelos agricultores familiares do PIVAS, no intuito de que isso possa se valer de incentivo para o fortalecimento da agricultura orgânica tanto para a sociedade como para as empresas em geral, pela preocupação com o uso e conservação dos recursos naturais, e ainda, com os conhecimentos deles adquiridos, pensando de uma forma mais consciente e saudável.

Desse modo, o projeto PIVAS é caracterizado por realizar um trabalho de produção de cultivo orgânico na região, sendo reconhecido internacionalmente pela capacidade nessa produção com selo orgânico. De acordo com os nossos informantes, foi devido ao fato do uso excessivo de agrotóxicos na natureza e aos males prejudiciais a saúde humana, que os agricultores das Várzeas de Sousa procuraram se especializar na produção orgânica, para proporcionar mais qualidade de vida a seus habitantes. Vejamos a ilustração abaixo:

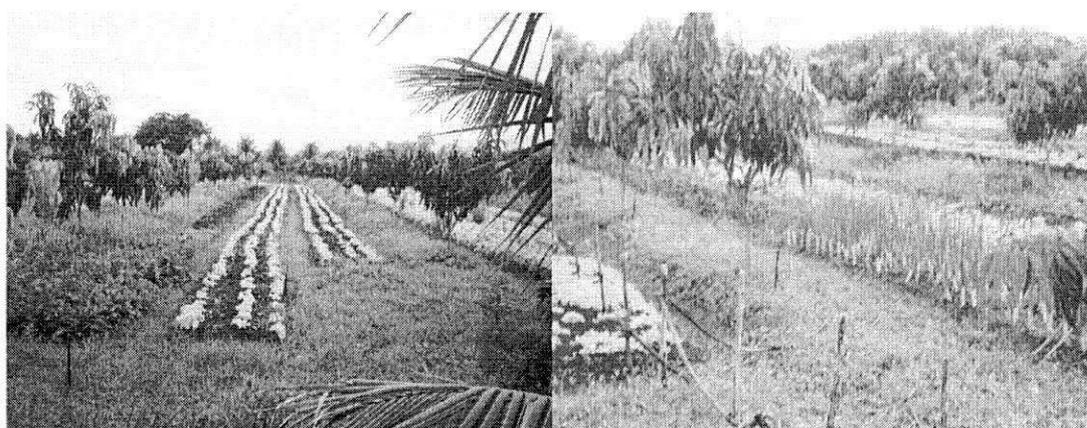


Ilustração 07: Produção orgânica de hortaliças no PIVAS. Fonte: ANDRADE, A. S., 2013

Assim, o produtor orgânico Nascimento relata,

A nossa forma de pensar é outra, a gente tem que manter a nossa família, a gente tem que ter planejamento pra ter alguma coisa melhor de conforto, e isso dentro, respeitando o meio ambiente. Nós não vamos pensar em ganhar dinheiro matando o consumidor final, o que gente hoje fez pra poder ter algo diferente foi conscientizar os nossos consumidores. Hoje, o nosso produto chega no mercado com a marca “orgânicos do Pivas”, quando se vê aquele produto já sabe que tem um grupo envolvido. Há aquele respeito com a população, que seguiu corretamente a lei do orgânico no Brasil, então são essas coisas que complica, veja área do orgânico, porque a gente tem que está sempre tentando mostrar como é produzido nosso produto, a gente sempre é mais visado do que aqueles caras que usam veneno... Então é um trabalho que a gente vem fazendo ao longo do tempo, que hoje temos uma credibilidade, graças a Deus. O pessoal sabe que o nosso trabalho é um trabalho realmente que respeita o ser humano, os seres vivos que estão dentro de nossa área de produção, é uma forma de assim, eu até me arrepio quando falo, eu penso no que está ao meu redor. (Entrevista realizada com Edinaldo José do Nascimento, pequeno produtor de orgânicos no PIVAS, em 27 de agosto de 2013).

Nessa discussão, compreendemos que o produtor, embora inserido no projeto de parceria com os empresários, não está só preocupado em vender sua mercadoria e lucrar

com ela, mas há toda uma preocupação com a natureza e com a saúde humana. É através desse relato que vemos o quanto é importante e interessante o trabalho desenvolvido por esses grupos sociais, que não estão ali apenas pensando em si mesmos, mas também no próximo. E sua fala final demonstra isso, quando ele próprio se reconhece como um agente transformador da sociedade e do mundo, na perspectiva do “pensar no dia de amanhã”.

Quanto à convivência entre empresários e pequenos produtores no PIVAS, nos termos expostos acima, as relações são permeadas pela atuação de três empresas, entre as quais há uma que utiliza agrotóxicos que não é considerada por nenhum dos entrevistados como “bem vinda” no PIVAS. Segundo Filho:

Os grandes empresários realmente usam agrotóxicos, mas dentro das faixas de limitações e com respeito técnico, de acordo com a recomendação do Ministério do agricultor, mesmo assim, existem as barreiras de separação entre os lotes, já os menores produtores, eles são em números como os lotes da pra conduzir bem direitinho o convívio do uso dos produtos agrícolas sem o uso dos agrotóxicos. (Entrevista realizada com José Messias Filho, técnico agrícola das Várzeas de Sousa, em 27 de agosto de 2013)

Apesar do técnico agrícola se reportar dessa forma, quanto ao uso de agrotóxicos nas plantações, falando que tudo é inspecionado e de acordo com as limitações permitidas, não condiz com o que lemos em reportagens e em sites mencionando esse fato. Uma dentre as três empresas (o Grupo Santana) já foi denunciada várias vezes pelo uso abusivo de agrotóxicos nas plantações e na contaminação das águas das Várzeas de Sousa. No caso do assentamento dos sem-terras que hoje convivem do lado dessa empresa, a contaminação é constante, muitas pessoas denunciam problemas de saúde causados justamente pela utilização indiscriminada de veneno na natureza.

Com relação a esse assunto, o pequeno produtor Nascimento afirmou que:

Hoje, temos três empresas dentro do PIVAS, não é? Uma delas nós sabemos que não pensa da nossa forma de pensar, que é zelar pelo meio ambiente, ter cuidado com sua produção, produzir alimento pra os seres humanos. Mas outra, no caso a Fazenda Tamanduá, produz de forma orgânica, inclusive, ela hoje está no topo da cadeia orgânica, a qual nós temos parceria, que pra nós foi importante, porque é uma empresa que está aqui pensando da nossa maneira. Ela não só pensa em produzir, ela pensa no lado social e ambiental. Então, essa empresa, a Fazenda Tamanduá, a gente tem ela com bons olhos dentro do PIVAS. Mas tem outra aí, que todo mundo sabe que iniciou o conflito, que usa a terra indiscriminadamente, aplica todo e qualquer tipo de técnica pra produzir que a gente sabe que é maléfica pra o

meio ambiente, usa um veneno aí de qualquer jeito, é adubo solúvel, sem sequer ter a preocupação com as embalagens. Esse é o lado que a gente não gostaria que estivesse dentro do PIVAS. (Entrevista realizada com Edinaldo José do Nascimento, pequeno produtor de orgânicos no PIVAS, em 27 de agosto de 2013)

O relato de Seu Nascimento é claro quanto à sua preocupação com uso indiscriminado de agrotóxicos no PIVAS pelo Grupo Santana, uma vez que, seu pensamento está voltado para o lado social e ambiental, desaprovando todo e qualquer tipo de agressão a natureza.

Em relação ao que mudou na vida deles, com o ingresso no projeto, Sá afirma que

A mudança foi muito grande pra gente, só a gente ter o nosso trabalho... E está dentro dele, com a nossa terrinha trabalhando, já é uma mudança muito grande pra nós... Olha a participação nesse projeto foi muito importante pra mim, tanto pelos Governos passados, como Maranhão, como Cássio e hoje com o atual Ricardo Coutinho, pelos cursos que ele deu, e pelo conhecimento que ele trouxe pra cada agricultor, pra quem quis aprender foi muito importante e ainda está sendo. (Entrevista realizada com Raimundo Luiz de Sá - 62 anos, em 17 de agosto de 2013 nas Várzeas de Sousa).

Essa fala deixa transparecer o ânimo do entrevistado em meio às mudanças positivas ocorridas ao se integrar nesse empreendimento.

Noutro depoimento, temos o relato emocionante de um chefe de família ao contar o que já fez para sustentar os seus com todas as dificuldades iniciais dentro desse projeto,

Há mudou e muito viu. Olha a gente recebeu essa área pra se produzir em 2006, só era nós, a terra e muita algaroba pra ser arrancada aqui dentro, era só mata. Eu cheguei aqui eu só tinha uma bicicleta pra eu vir, era o que eu tinha. Eu não tinha uma terra minha, eu era meeiro de uma propriedade do perímetro que foi indenizada. Passei a ter a minha própria terra, deixei de ser um morador e virei assim, vamos dizer um proprietário de terras, numa área pequena, mas minha. Quer dizer, hoje eu só olhar o que eu era antes e o que sou hoje, comecei com uma bicicleta, hoje já tenho duas motos e dois carrinhos pra carregar minha produção. Quer dizer, a mudança foi enorme, e hoje consigo dar trabalho pra cinco pais de famílias, então, pra mim foi uma mudança que nem consigo lhe explicar, é uma coisa que mudou minha vida completamente e que hoje está me dando a oportunidade de mudar a vida de outros. (Entrevista realizada com Edinaldo José do Nascimento, pequeno produtor de orgânicos no PIVAS, em 27 de agosto de 2013).

Para uma moradora do perímetro irrigado, a opinião é a mesma,

Pra quem tem coragem de trabalhar, realmente, o projeto tem sido muito importante e a situação de cada um melhorou muito... Lá a gente tem nossa feira garantida, porque nós temos nossa bananinha, nossa macaxeira, nossa batata, temos frutas, e muita coisa pra quem planta... Nós temos também o coco da gente, com expectativa de futuramente nós ter uma renda bem melhor... E pra quem trabalha, o projeto dá pra se manter. (Entrevista realizada com Maria de Fátima Santos - 59 anos, em 17 de agosto de 2013 nas Várzeas de Sousa).

Na mesma linha, numa reportagem da revista *Paraíba da Gente* (2010, p. 36), outro produtor do PIVAS, o agricultor José Sarmiento, expõe sua alegria depois que se instalou junto com sua família em um dos 178 lotes, que o Governo destinou a pequenos produtores rurais no perímetro. Assim o mesmo revela,

A mudança foi para ótimo, viu! A gente teve um sacrifício no início, com poucos recursos, mas agora, depois de um esforço, estamos colhendo os frutos e estamos satisfeitos com nosso empreendimento aqui no projeto das Várzeas de Sousa.

Seu Zezito, como é mais conhecido esse produtor, revelou que só na primeira colheita, colheu 72 toneladas de banana pacovan e sua produção era vendida, segundo essa reportagem, para a fábrica de doce Indamel, na mesma cidade. No perímetro, o agricultor procura aproveitar bem os espaços de seu lote, no qual faz plantações consorciadas de mamão, coqueiro, manga e melancia, além de gergelim. Seu faturamento mensal nesta época foi de R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000, 00, em média. Sendo assim, a renda familiar, melhorou a qualidade de vida, o que fez refletir na aquisição de bens materiais, como veículos, eletrodomésticos e outros bens que proporcionaram mais conforto ao produtor familiar. (PARAÍBA DA GENTE, 2010, p. 36).

Os depoimentos foram muito emblemáticos quanto às mudanças, demonstrando não apenas a esperança de um futuro estável, mas acima de tudo, a perspectiva de superação dos antigos discursos e das antigas barreiras que impediam o desenvolvimento dessa gente. Dessa forma, todos os entrevistados, quando se referem à contribuição do projeto para o desenvolvimento local e regional, concordam que o PIVAS alavancou o comércio local, ainda que de forma gradativa.

E com este entendimento Nascimento, afirma que: “a mudança foi muito grande para a localidade, e, além disso, esse pessoal que iam para o Sul trabalhar, hoje trabalham aqui dentro. Então acabou-se aquela migração terrível do pessoal daqui para São Paulo.”

De acordo com esse depoimento, e considerando que a falta de conhecimento leva, muitas vezes, o pequeno agricultor a compreender o trabalho no campo como uma atividade negativa, apreende-se que a mudança trazida pelo PIVAS foi tão importante para a cidade de Sousa-PB, quanto para a convivência com o Semiárido nordestino, na medida em que diminuiu o abandono do campo por parte de seus habitantes em busca de melhores condições de vida. A lógica do poder/saber essa região, no entendimento de como trabalhar o solo, da captação de água e dos saberes do clima local, foi essencial para que valores fossem acrescentados ao sertanejo, bem como, fosse moldada uma nova visão sobre o lugar onde vivia.

A assimilação do conhecimento desse pequeno produtor se reflete através de sua propriedade, que foi transformada em um modelo de convivência com a semiaridez, podendo influenciar outras pessoas a rever seu conceito sobre essa região. E não é a toa que sua propriedade é visitada por muitos pesquisadores, jornalistas, alunos e professores interessados em conhecer formas apropriadas de convivência com a seca. Então, o que vemos é que sua luta torna-se um exemplo para a sociedade, que segundo Malvezzi (2007), não deixa de ser um novo horizonte, urgente e indispensável.

Com relação aos programas e projetos de auxílio ao pequeno agricultor, o PIVAS conta com o ajuda da PROJETEC¹ (Projetos técnicos LTDA), empresa recentemente contratada pelo Governo do Estado, por um período de três anos.

Pelas informações dos produtores é a PROJETEC que fica responsável em passar todas as informações e embates sobre projetos e programas assistenciais para os familiares das Várzeas e, ainda, se coloca como uma empresa de assistência junto à comunidade. Segundo os depoentes, a empresa também ficou responsável por trazer cursos específicos para as mulheres na comunidade, porém, ainda não foi realizado nenhum curso, devido à falta de um local disponível, uma sede própria para desenvolverem suas atividades. Assim, com essa troca de experiência, são acrescentados novos hábitos, valores e saberes imprescindíveis para a convivência.

¹ A PROJETEC é uma empresa que, ao longo de sua história, compatibilizou a competência em engenharia com o interesse pela promoção e viabilização de empreendimentos públicos e privados, envolvendo infraestrutura, produção e assistência à comunidade. (<http://www.projetcnet.com.br/index.php?i=29>).

Perguntando a uma Engenheira Agrônoma, funcionária da PROJETEC, qual o trabalho que ela desenvolve com as famílias, a mesma responde,

Eu ando com os técnicos agrícolas, enquanto eles estão no campo fazendo a parte de campo, eu estou com as mulheres, com as famílias procurando saber a satisfação delas de estarem aqui, se está tudo bem, o que está faltando, e todas praticamente dizem que querem desenvolver seu projeto pra continuar na área ajudando seus filhos aqui na área, nas escolas, na infra-estrutura e tudo que possa ser de melhor pra melhorar a vida deles. (Entrevista realizada com Maria Catalice de Freitas, engenheira agrônoma do PIVAS, em 27 de agosto de 2013).

O avanço da participação das famílias, portanto, foi essencial para que abrissem caminhos de luta para o alcance dos direitos e cidadania social. Desta maneira ampliam-se os conhecimentos coletivos, assim como também a troca de experiências que serviram para a transformação da realidade social.

É importante salientar que os produtores se vêm estimulados a trabalhar com mais motivação, não só pelos resultados satisfatórios apresentados, mas também, porque eles compreendem que conseguiram conquistar certa autonomia em relação às ações do Estado sobre a elaboração de políticas públicas na região. Dessa maneira, foi percebido, até pelos relatos dos agricultores familiares do PIVAS, que houve uma mudança nas relações entre a sociedade civil e o Governo do Estado, ou seja, hoje percebemos que há um diálogo maior entre as partes, o que antes não acontecia. Neste sentido, os interesses sociais estão cada vez mais sendo debatidos, configurando uma lógica mais democrática, em benefício de interesses mútuos, conciliatórios. Ou seja, é aquele velho ditado “eu te ajudo, depois você me ajuda”. Portanto, é um jogo de poder, que só funciona a partir do jogo de interesses em pauta.

E, com vistas às percepções de mudanças no paradigma do desenvolvimento sustentável local do Semiárido, torna-se fundamental que haja uma mudança de consciência, assim como também uma mudança dos modos de pensar esse lugar. O PIVAS é um caminho entre tantos outros projetos que se pautam na idéia de convivência, como uma realidade possível de ser transformada a partir das intervenções e atitudes conscientes das pessoas concentradas para o bem coletivo.

Então, pensar o PIVAS como uma alternativa de convivência, é pensar nas mudanças espaciais do cenário da agricultura e principalmente, de seus habitantes. A

ideia de convivência como uma forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável no Semiárido, deste modo foi adaptada a realidade local, tendo em vista dois modelos paradoxais a serem pensados, como o modelo do agronegócio empresarial e o agroecológico, proposto pelos pequenos agricultores, seguindo aquela idéia de agricultura familiar.

Diante do exposto, sobre as experiências vivenciadas pelos pequenos produtores, e suas lutas, percebemos que o cenário antes problemático vai mudando e se transformando em espaço de possibilidades. Conhecer o espaço que antes se colocava como estagnado vai revelando sua potencialidade e com isso os desejos antes frustrados vão se transformando em realidades. Enfim, é no calor do inconformismo humano que tudo se transforma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Semiárido brasileiro apresenta uma realidade adversa, em que viver nessa região torna-se um desafio. A seca como fenômeno natural passou a representar por muitos anos a grande vilã das populações nordestinas. A ênfase que é dada e divulgada na mídia são retratos da miséria, da fome e de luta dessa gente em meio as suas diversidades climáticas, mas o maior dos desafios enfrentados por essas populações se encontra no acesso a água e, por sua vez, na busca pela dignidade humana. Ao tentar mudar essa imagem desfavorável do Nordeste e da sua economia, políticas de desenvolvimento, promovidas pelo Governo Federal com ajuda do DNOCS e da SUDENE, foram empreendidas com intuito de “combater as secas”. Com o passar dos anos, foram percebidas que as medidas voltadas para o combate as secas foram consideradas ineficazes e insuficientes para atender as populações flageladas.

Com a perspectiva de mudar esse quadro desolador e de “atraso nacional”, entre as décadas de 1970 e 1980, surge à ideia da “Convivência com o Semiárido”, defendida como alternativa viável para promover o desenvolvimento sustentável dessa região. A proposta seria exatamente fazer com que homem e natureza interajam harmonicamente, com base no desenvolvimento de práticas de cultivo e tecnológicas simples que não agridam o meio ambiente e proporcionem o desenvolvimento sustentável, entre outros. É através da percepção de convivência harmoniosa, pela utilização de práticas sustentáveis adaptadas a cada região, que visões do tipo: “atrasado” e “improdutivo”, logo vão dando lugar a discursos mais otimistas e se impõe a ideia de que para viver bem no Semiárido é preciso conviver com o meio ambiente, numa espécie aceitação da particularidade dessa região.

Partindo dessa lógica, acredita-se que projetos e iniciativas de desenvolvimento sustentável devem ser criados, da mesma forma que, estratégias e ações pela melhoria das condições sociais e econômicas devem e podem ser implantados, para que mais tarde as populações nordestinas não voltem a sofrer com os problemas de estiagem a cada ano.

Com a missão de modernização da região Nordeste, o Governo Federal lança sua estratégia política de desenvolvimento nacional, na tentativa de transformar os espaços antes improdutivos em lugares atrativos para o capital externo. Foi assim, que nas

últimas décadas do século XX, quando foi anunciada a era da globalização e modernização dos meios técnico-científicos, que o Nordeste passou por uma reestruturação na sua base produtiva. Neste contexto, “mudanças progressivas ocorreram no comportamento das economias mundiais”, que passaram a imprimir novas atitudes mais liberais, no intuito de acelerar a economia dos países num ritmo nunca antes visto. (FARIAS, 2010, p. 3). É através desse discurso de desenvolvimento que o interesse pela agricultura irrigada vai ganhando cada vez mais a atenção de políticas públicas na região. É com esse entendimento de modernização da agricultura, que o PIVAS se insere, entre tantos outros projetos como uma alternativa catalisadora de possibilidades para a convivência local/regional na cidade de Sousa-PB.

No processo de iniciação e institucionalização, o PIVAS se apresentou como um projeto de possibilidades e ao mesmo tempo de contradições, que foram refletidas no embate de correlações de forças, sobretudo entre agronegócio e agricultura familiar; agroecologia e uso de agrotóxico. Nesse sentido, o projeto inicial pensado para desenvolver a agricultura irrigada de fruticultura para exportação, através do modelo do agronegócio empresarial, começa a ser repensado no momento em que os interesses dos empresários passam a bater de frente com os interesses dos pequenos produtores. Assim, após as famílias expropriadas darem impulso a mobilização social, imprimindo ações de luta e resistência pela conquista da territorialização no PIVAS, pondo em xeque a bandeira da reforma agrária, inicia-se então o conflito direto de interesses.

A mobilização das famílias contrariando a lógica inicial do projeto, portanto, significou uma mudança na forma de pensar esse espaço social e a própria ideia que se tinha do PIVAS. Resistindo as dificuldades, os protagonistas concentraram suas estratégias políticas nos acampamentos para permanecer na terra colocando em risco os interesses dos empresários ligados ao agronegócio e lutando pela criação de alternativas ecologicamente viáveis para permitir o alcance do seu desenvolvimento sustentável via agricultura familiar.

Foi nos acampamentos aonde os agricultores familiares construíram “suas estratégias de pressão política” e ainda suas vivências participativas no processo organizativo do PIVAS, refletindo sobre os valores e princípios do seu protagonismo. E foi lá, aonde os acampados colocaram em foco suas insatisfações, propostas e estratégias para poderem atuar com maior autonomia social, demonstrando que não há

transformação “social, política e econômica” no campo sem a força da mobilização social e sem a resistência. Isso se deu a partir da ideia de que é através da ação social coletiva e organizada que grupos humanos vão desenvolver suas estratégias de lutas e articulações em busca da construção da sua identidade e autonomia local. Nesta perspectiva, priorizou-se a ação social como uma ação política para a consolidação da democracia participativa.

Para se fazerem incluídos no projeto, os acampados tiveram que se adequar ao modelo do agronegócio, integrando-se no PIVAS como irrigantes das Várzeas de Sousa. Essa foi a única saída para permanecer na terra. Com esta atitude, de alinharem-se ao agronegócio, as famílias dos pequenos produtores começaram a apresentar um comportamento aparentemente contraditório ao que vinham propondo. Contudo, não abandonaram seus objetivos de luta, apenas deram um tempo no conflito para quando chegasse a hora certa, se levantarem mais fortes, para conseguir promover a reforma agrária.

Todavia, o tempo foi passando e já permanentes na terra como assentadas, as famílias agricultoras perceberam que seu pensamento de luta havia mudado, visto que ao lado do agronegócio, a agricultura familiar seria mais promissora e atraente. Não se tratava mais daquela ideia de contraposição, mas sim de parceria.

Nas entrevistas realizadas o que mais se percebe é esse alinhamento, pois, na opinião dos depoentes, hoje não se percebe mais o conflito que antes separava os pequenos agricultores do agronegócio, apaziguado com o tempo e entendido que, sem o agronegócio, as famílias não teriam como expandir sua produção no mercado e conseqüentemente, não garantiriam o sustento familiar. Entretanto, apesar do fim do conflito, a luta continua, mas com outro propósito, o de lutar contra aqueles empresários que ainda insistem na utilização de agrotóxicos nas plantações, prejudicando não só a natureza como também a saúde humana.

Na verdade, a compreensão dos entrevistados do PIVAS sobre o agronegócio, não é aquela visão de agronegócio cruel, no sentido de produzir a qualquer custo, mas um agronegócio socialmente e ambientalmente correto. É nesta perspectiva que os moradores do PIVAS se baseiam, concentrando seus esforços na agroecologia como uma modalidade dentro da agricultura familiar para incentivar a agricultura orgânica naquela localidade, em prol do bem comum para a sociedade.

A partir desses parâmetros, a realidade antes insuperável é transformada pela lógica da convivência em duplo sentido, uma vez que conviver em harmonia com o ambiente trouxe uma nova ideia de experiência e aprendizagem para os atores sociais envolvidos no PIVAS, que dessa maneira se viram mais incentivados a participar e a construir uma nova vivência fortalecendo seu papel em sociedade, na condição de agentes transformadores do meio em que vivem, ainda que assimilando, de certo modo, a lógica do agronegócio, como forma de se adequar a situação específica que vivenciam. Essa relação de convivência envolve, pois, a agroecologia e uso de agrotóxicos num mesmo lugar. No entanto, esse deslocamento que pode ser considerado produtivo, na lógica da comercialização, redefine as relações de poder na medida em que passam a conviver, num mesmo espaço e com lógicas diferentes.

Pelo exposto, percebe-se com este estudo que, de certo modo, o PIVAS contribuiu para a desconstrução da visão preconceituosa que se tinha do Nordeste e que ainda se tem. Reelabora a ideia de convivência a partir das novas formas de desenvolvimento sustentável, bem como, dos jogos de poder que ali se desenvolvem e das transformações possibilitadas nesse processo. Não se trata mais de pensar o Nordeste como “situação problema do país”, mas de perceber que apesar das dificuldades impostas pela seca, o Nordeste é viável e tem potencialidades.

O agronegócio como um problema inicialmente a ser combatido, hoje, é visto como um aliado ao lado da agricultura familiar como um modelo de parceria, contribuído, acima de tudo para o fortalecimento autonomia social e econômica da localidade. Compreende-se que é preciso que se construa uma alternativa que possa ajudar com que esse conflito que antes separava o pequeno agricultor do empresário não volte a ser um problema maior para o projeto.

Portanto, acreditamos que as mudanças só ocorreram devido à flexibilidade das correlações de forças. Sendo assim, um dos pontos importantes nesse estudo, é a construção da relação entre produtores e empresários, partindo do pressuposto de que para tornar possível a concretização das metas e ações para o alcance do desenvolvimento sustentável, foi preciso que se construísse uma relação mais flexível, mais aberta a negociações. Para tanto, a ideia é de que é preciso que sejam rompidas as barreiras da hierarquia política e socioeconômica, como meio para que as mudanças aconteçam efetivamente.

Foi neste sentido, que procuramos contribuir com o debate sobre a temática enfocada, ao investigar até que ponto esse projeto viabilizou o desenvolvimento sustentável da cidade de Sousa, como também da região. E, em se tratando das mudanças, podemos inferir que elas estão afirmadas nas falas dos entrevistados, que não podem ser passadas despercebidas por nós, pois são mudanças importantes no cenário dessa gente, que lutou incansavelmente para que a transformação fosse possível de acontecer. Resta saber, até onde os conflitos que se apresentam, atualmente, no interior do PIVAS, para além das adequações apreendidas neste trabalho, vão suscitar novas experiências de convivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A Seca: Realidade e Mito**. Recife: Editora ASA, (Coleção Nordeste em Evidência), 1985.
- ASA: Articulação no Semiárido Brasileiro**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) / Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) / Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Rede de Tecnologia Social (RTS). Recife-PE, s.d.
- ATLAS ESCOLAR DA PARAÍBA**. Coordenadora: Janete Lins Rodrigues. João Pessoa: Grafset, 2002.
- BARROS, José d'Assunção. **O Projeto de Pesquisa e História: Da escolha do tema ao quadro teórico**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHACON, Suely Salgueiro; BURSZTYN, Macel. **Análise das Políticas Públicas para o Sertão Semi-Árido: Promoção do Desenvolvimento Sustentável ou Fortalecimento da Pobreza?** s. d.; s. e.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: **Estudos Avançados**. V. 11, nº 5, São Paulo: USP, 1991.
- FAO/INCRA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Versão Resumida do Relatório final do Projeto. UFT/BRA/036, 1994.
- FARIAS, Arethusa Eire Moreira de. **Os incomodados que resistem: Contradições e territorialidades camponesas no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN, João Pessoa: s.e. 2010.
- FRANÇA, Francisco Mavignier Cavalcante. **Documento referencial do pólo de desenvolvimento integrado: Alto Piranhas no Estado da Paraíba**. Fortaleza: BNB, 1999.

FORTUNATO, Maria Lucinete. Reflexões sobre memória e relações de poder/saber no discurso da convivência com o Semiárido. – XIV Encontro Estadual de História - ANPUH João Pessoa: UFPB, 2010.

FORTUNATO, Maria Lucinete; MOREIRA NETO, Mariana. De como lembrar o Semiárido e esquecer o Sertão. *Sæculum – Revista de História*, João Pessoa: UFPB, v. 23, 2010.

GONZAGA, Luiz. **Terra, vida e esperança**. (Música) compositor: Jurandy da Feira. Rio de Janeiro: LGK Music; Som Livre, 1984.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Paraíba da Gente**. (Revista). João Pessoa. Edição nº 9 - 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise de discurso: Diálogos & Duelos**. 2 edição, Claraluz Editora – São Paulo, 2006.

MACEDO, Odomaria Rosa Bandeira. **A convivência com o Semi-árido: Desenvolvimento Regional e configuração do local no projeto do IRPAA**. Dissertação de Mestrado – UFPE, Recife-PE, 2004.

MACIEL, Iracy Soares Ribeiro. Avaliação da Metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. – Série Teses e Dissertação. V. 17, 2009.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido - uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

MOREIRA NETO, Mariana. **Da Seca à Convivência, o Sertão ao Semiárido: Enunciados e Territorialidades**. Tese de doutorado – UFPB, 2010.

NEVES, Frederico de Castro. **Imagens do Nordeste: A construção da memória regional**. Fortaleza: SECULT, 1994.

PINTO, Edilene Barbosa; LIMA, Maria José de Araújo. **O Programa de Convivência com o Semi-Árido Brasileiro e sua Influência na Mudança de Hábitos e Valores**. II Congresso Iberoamericano sobre Desarrollo y Médio Ambiente. Puebla: México, 2005.

PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO. **Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa** – Primeira Etapa de Implantação. Cartilha – Paraíba, s.d; s.e.

SEMARH. **Estudos de Aproveitamento Hidro-Agrícola das Várzeas de Sousa**. Estudos Preliminares: Dados Técnicos. Governo do Estado da Paraíba, 1983.

SÊGA, Rafael Augustus. O Conceito de Representação Social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **In. Rev. Anos 90**, Porto Alegre, n. 13, 2000.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006.

298 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de; REIS, Edmerson dos Santos. **Educação para convivência com o semi-árido**: Reencantando a educação com base nas experiências de Canudos, Uauá e Curaçá. São Paulo: Peirópolis, 2003.

SUPLAN – Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado. **Canal Coremas/Mãe d' Água – Sousa**. (Documento). Paraíba-PB, João Pessoa, s.d.

WATANABE, Célia Hissae. **Por uma pedagogia da participação**: A experiência das famílias agricultoras no território do Sertão do Apodi/ Rio Grande do Norte. Belo Horizonte: EDUFMG, 2010.

<http://www.integração.gov.br/projeto-varzeas-de-sousapb>, dia: 11/06/2013

http://www.obeabadosertao.com.br/v3/sustentabilidade_e_destaque_na_vii_expoval_e_508_html, dia: 28/08/2013

<http://www.projetec.com.br/index.php?i=29>, dia: 17/08/2013

ANEXOS

ANEXO 01 – APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

1º Entrevistado: José Messias Filho

Idade: 50 anos

Função: Técnico Agrícola das Várzeas de Sousa – PB, na assistência técnica, e funcionário da PROJETEC.

2º Entrevistado: Edinaldo José do Nascimento

Idade: 44 anos

Função: Agricultor de Agricultura Orgânica na área irrigada do PIVAS.

Obs.: Há treze anos desenvolve um trabalho agrícola orgânica. E, está a sete anos participando do projeto PIVAS como pequeno produtor familiar, desde 2006.

Este é casado e tem dois filhos, o qual um dos filhos trabalha nas Várzeas de Sousa como técnico agrícola contratado pela empresa PROJETEC.

3º Entrevistado: Manoel Nascimento

Idade: 23 anos

Função: Técnico Agrícola e especialista em Agricultura Orgânica.

Obs.: O mesmo teve sua formação na Escola Agrotécnica Federal de Sousa (Efas, atual Instituto Federal da Paraíba (IFPB)). Já trabalhou em muitas empresas como a Fazenda Tamanduá, tendo larga experiência em outras empresas.

Este, é filho de Seu Nascimento e atualmente foi contratado pela empresa PROJETEC para trabalhar na assistência técnica do PIVAS.

3º Entrevistado: Antônio Andrade de Sousa

Idade: 31 anos

Função: Produtor rural de orgânicos no PIVAS

Obs.: Desde o princípio esteve envolvido com o projeto, o qual realiza um trabalho de Agricultura Orgânica em sua propriedade para comercialização.

4º Entrevistado: Raimundo Luiz de Sá

Idade: 62 anos

Função: Pequeno produtor rural

Obs.: O mesmo entrou no projeto através de uma licitação

É casado e tem uma filha, o qual mantém a renda familiar através do PIVAS, comercializando sua produção para outras cidades vizinhas.

5º Entrevistado (a): Maria de Fátima Santos

Idade: 59 anos

Função: Pequena agricultora do PIVAS

Obs.: Atualmente, a senhora Santos participa ativamente das associações junto à comunidade, debatendo e discutindo os problemas a serem enfrentados no PIVAS e principalmente, o fortalecimento das mulheres no projeto.

A mesma é casada com o pequeno produtor rural entrevistado, o senhor Sá.

6º Entrevistado (a): Maria Catalice de Freitas

Função: Engenheira Agrônoma e funcionaria da PROJETEC.

Obs.: A técnica está à frente do trabalho no PIVAS há um ano.

A mesma realiza um trabalho com as famílias, em especial na assistência das mulheres do PIVAS, no intuito de possibilitar conhecimentos e cursos específicos para elas.

ANEXO 02 – ROTEIRO DA ENTREVISTA

01. Pelo que a gente leu, o PIVAS foi pensado para desenvolver a região através do agronegócio, mas a partir da luta dos acampados a proposta foi reelaborada adotando a Agricultura Familiar. Como é que o senhor vê essa relação do Agronegócio e Agricultura Familiar?
02. Como se dá a convivência entre os grupos: empresarial e familiar no PIVAS?
03. O agronegócio geralmente envolve o uso de agrotóxicos, e como vocês conseguiram trabalhar com a produção orgânica dentro do PIVAS?
04. Na sua compreensão, em que medida o PIVAS contribui para o desenvolvimento local sustentável e para a convivência com o Semiárido?
05. Você acha que sua vida mudou a partir da sua inserção no projeto PIVAS? E, em que sentido?

ANEXO 03 – DISTRITO DE IRRIGAÇÃO VÁRZEAS DE SOUSA- CENTRO GERENCIAL, AONDE FORAM REALIZADAS AS ENTREVISTAS COM OS TÉCNICOS AGRÍCOLAS

